

# BANCO DO BRASIL – FRAMEWORK DE FINANÇAS SUSTENTÁVEIS

## Introdução

### Banco do Brasil - Visão Geral

O Banco do Brasil (BB) foi a primeira instituição financeira fundada no Brasil, em 1808, e desde então tem contribuído de forma ativa para o desenvolvimento do país. Ao final de 2024, o BB já estava presente em 93,1% dos municípios brasileiros. Nesse mesmo período, atende aproximadamente 88,1 milhões de clientes, por meio de uma rede de 53,1 mil pontos de atendimento, incluindo agências próprias, correspondentes bancários e demais canais de relacionamento.

O BB é uma empresa de capital aberto, controlada pelo Governo Federal do Brasil, que detém 50% das ações ordinárias em 31/12/2024. As ações remanescentes estão distribuídas entre o *free float* (49,6%) e ações do Tesouro Nacional. Investidores locais e estrangeiros, em conjunto, representam 100% do *free float*. O Banco mantém elevados padrões de governança corporativa, estando listado no segmento Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão.

O Banco também integra o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e o Índice FTSE4Good. O Banco do Brasil está presente no Dow Jones Sustainability Index (DJSI) e obteve a mais alta pontuação na dimensão Governança Corporativa do Corporate Sustainability Assessment. A instituição também foi avaliada pelo indicador máximo nas dimensões Estado-Governança, Políticas Públicas e Melhores Práticas em Inovação.

Em 2024, o BB foi reconhecido, pela sexta vez, como o banco mais sustentável da América Latina e ficou na 17ª posição no ranking global do Corporate Knights Global 100.

### Estratégia e Governança de Sustentabilidade do Banco do Brasil

A estratégia do Banco do Brasil é estar próximo das pessoas e ser relevante em todas as fases de suas vidas, apoiando milhões de brasileiros por meio de soluções financeiras inovadoras e responsáveis, que contribuem para o desenvolvimento econômico e social do país.

A estratégia de sustentabilidade do Banco visa acelerar a transição para uma economia mais verde, inclusiva, diversa e de baixo carbono, promovendo o progresso em áreas como finanças sustentáveis, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, descarbonização, diversidade, equidade e inclusão, conservação da biodiversidade, saúde financeira e inclusão financeira — entre outras temáticas essenciais para a prosperidade do planeta e das pessoas.

Alinhado à agenda global de desenvolvimento sustentável, o Banco do Brasil promulgou em 2005 um plano de ação promovendo a responsabilidade social e ambiental. Até 2016, esse plano se chamava Agenda 21 BB em alinhamento com a Agenda 21 Global, um compromisso para este século que buscava promover ações que integrassem crescimento econômico, justiça social e proteção do meio ambiente.

Em 2017, o Plano de Sustentabilidade do Banco do Brasil foi atualizado pela sexta vez e renomeado *Agenda 30 BB*. Esse plano foi inspirado nos Objetivos de Desenvolvimento

Sustentável (ODS) das Nações Unidas (ONU) lançados em 2015, que fornecem uma agenda global para as metas de desenvolvimento sustentável de 2030.

## Agenda 30 BB

Our commitment to a sustainable future

Em 2025, o Banco do Brasil revisou e aprovou o novo Plano de Sustentabilidade, Agenda 30 BB, para o período de três anos de 2025 a 2027. O Plano reflete os princípios da Agenda Global 2030, respondendo ao chamado internacional para construir um mundo guiado pela gestão adequada dos recursos naturais, respeito aos direitos humanos e criação de valor para a sociedade e o meio ambiente. O Plano de Sustentabilidade da Agenda 30 BB 2025–2027 inclui 100 ações estratégicas que contribuem para o desenvolvimento de negócios sustentáveis e o aprimoramento das práticas ASG, ligadas a 20 temas materiais, conforme apresentado no Anexo 1. Essas ações estabelecem conexões com os temas prioritários da COP30 e contribuem significativamente para os pilares centrais do "Novo Brasil – Plano de Transformação Ecológica (PTE)" do Governo Federal<sup>1</sup>.

A maioria das unidades estratégicas do Banco está envolvida na execução das ações incluídas no Plano de Sustentabilidade - Agenda 30 BB. Desde 2008, o Conselho Diretor e o Conselho Executivo têm monitorado a implementação das ações por meio de reuniões anuais e semestrais, respectivamente. O Banco do Brasil também conta com o Comitê de Sustentabilidade Corporativa (Cosem), um órgão consultivo criado para apoiar o Conselho de Administração (CA) em temas relacionados à sustentabilidade e ambiental, social e climático no Banco do Brasil.

Desde 2021, o Banco do Brasil cria o Comitê Executivo de Sustentabilidade (Cesus), subordinado ao Conselho de Diretores (CD) e composto pelos Vice-presidentes e Diretores. Entre outros objetivos, foi criado para orientar a implementação de iniciativas de sustentabilidade com potencial impacto nas empresas, aprovar e monitorar o Plano de Sustentabilidade – Agenda 2030, bem como oferecer uma visão multidisciplinar na tomada de decisões.

O Banco também possui um Fórum de Sustentabilidade, composto por gerentes executivos do Banco do Brasil e da Fundação Banco do Brasil. Seu objetivo é apoiar a incorporação, alinhamento e disseminação de práticas sustentáveis, bem como monitorar iniciativas sociais, ambientais e climáticas e implementar as ações estabelecidas no Plano de Sustentabilidade – Agenda 30 BB. O Fórum se reúne trimestralmente e é subordinado ao que reúne executivos da BB e de sua fundação corporativa - Fundação Banco do Brasil - com o objetivo de apoiar o processo de incorporação, alinhamento e disseminação dos princípios e práticas de sustentabilidade da BB; e monitorar as iniciativas de E&S e a implementação das ações estabelecidas na Agenda 30 BB. O Fórum de Sustentabilidade realiza reuniões trimestrais e está subordinado ao Comitê Executivo de Sustentabilidade.

Por fim, o BB também possui uma Unidade ESG, uma estrutura estratégica ligada à Vice-Presidência do Governo, Negócios Corporativos e Sustentabilidade. É responsável pelo planejamento e execução das ações de sustentabilidade corporativa, com foco no alinhamento estratégico e fortalecendo a cultura ASG (Ambiental, Social e de Governança) do Banco de forma transversal dentro da corporação.

<sup>1</sup> Plano de Transformação Ecológica (PTE). <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/transformacao-ecologica/novo-brasil-ecological-transformation-plan/discover-the-ecological-transformation-plan>

A sustentabilidade é integrada à gestão de desempenho por meio de indicadores que abrangem todos os níveis organizacionais — do nível estratégico ao operacional. Esses indicadores influenciam diretamente a remuneração variável de executivos e funcionários, enquanto avaliam os resultados das unidades e o desempenho individual. A remuneração variável está atrelada ao desempenho sustentável e à continuidade dos resultados alcançados, com 40% do valor total adiado e liberado apenas se os critérios estabelecidos forem mantidos; caso contrário, pode ser revertido.

#### Compromissos da BB 2030 por um mundo mais sustentável

Em 2021, o Banco do Brasil estabeleceu 10 compromissos de sustentabilidade — juntamente com seu Plano de Sustentabilidade, Agenda 30 BB, lançado em 2016 — alinhados com objetivos globais (o Acordo de Paris e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS), e esses compromissos foram revisados em 2023. Em 2025, ciente dos desafios ambientais, sociais e econômicos, a BB atualizou seus compromissos com uma perspectiva renovada para 2030. Esta atualização amplia as metas relevantes e marca o estabelecimento de novos compromissos voltados a fortalecer o apoio a indivíduos, empresas e governos na obtenção de resultados significativos e sustentáveis.

Os compromissos são estruturados em torno de três pilares estratégicos: Finanças Sustentáveis (direcionando recursos para fomentar negócios e apoiar clientes na transição para um portfólio cada vez mais sustentável), Governança Ambiental, Social e Climática (promovendo práticas inclusivas e reduzindo os impactos ambientais e climáticos para fortalecer uma cultura mais responsável e equitativa) e Impactos Positivos na Cadeia de Valor (impulsionando a transformação econômica para gerar valor para a sociedade e para o meio ambiente).

Finanças Sustentáveis	Governança Ambiental, Social e Climática	Impactos Positivos na Cadeia de Valor
1 Portfólio de Crédito Sustentável: BRL 500 bilhões em saldo em aberto até 2030.	5 100% de compensação pelas emissões de Escopo 1.	11 1,4 milhão de empresas lideradas por mulheres apoiadas com soluções financeiras até 2030.
2 Eficiência Estadual e Municipal: BRL 100 bilhões desembolsados até 2030.	6 Uso 100% de energia renovável a partir de 2023.	12 Expandir a cidadania financeira para 7,5 milhões de jovens clientes da Geração Alpha e da Geração Z até 2030.
3 30 bilhões de BRL em fundos de investimento sustentável até 2030.	7 Redução de 42% das emissões diretas (Escopo 1) até 2030.	13 1 milhão de pessoas impactadas por ações realizadas no âmbito da bioeconomia até 2030.
4 BRL 100 bilhões em financiamento sustentável (para a BB e seus clientes) até 2030.	8 Redução de 42% na intensidade de emissões da carteira de empréstimos corporativos até	14 2 milhões de hectares foram conservados e/ou reflorestados até 2030.

	2040.		
	9 50% de mulheres em cargos de liderança até 2030.	15	1,5 milhão de hectares de áreas degradadas restauradas até 2030.
	10 50% de grupos étnicos negros, pardos, indígenas e outros sub-representados em cargos de liderança até 2030.	16	1 bilhão de BRL investido em educação, cuidado ambiental, inclusão, ajuda humanitária, voluntariado e tecnologias sociais por meio da Fundação Banco do Brasil até 2030.

### Compromissos do Banco do Brasil com as Mudanças Climáticas

Enfrentar as mudanças climáticas exige mobilização significativa de governos, setor privado e sociedade. O Banco do Brasil está ciente não apenas da relevância e urgência dessa questão, mas também do papel crucial que o Banco desempenha no engajamento com essas entidades financeiras. Por esse motivo, a BB está comprometida com a transição para uma economia de baixo carbono e, aliás, é baseada em referências bem conhecidas, como a Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima (TCFD).<sup>2</sup>

O Compromisso com as Mudanças Climáticas do Banco do Brasil<sup>3</sup> inclui oportunidades de negócios e ações internas – como melhorar a gestão de dados relacionados ao consumo de recursos naturais, reduzir o uso de papel nos processos, entre outras ações.

Desde 2021, a BB é signatária da iniciativa Business Ambition for 1,5°C, que serviu de base para definir suas metas de redução de gases de efeito estufa (GEE), contribuindo para limitar o aquecimento global a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais, além de apoiar a BB em sua busca pela neutralidade de carbono em toda a sua cadeia de valor até 2050. de acordo com a iniciativa Science-Based Targets (SBTi).

Em 2025, o Banco do Brasil ingressou na Parceria para a Contabilidade de Carbono e Finanças (PCAF) para medir e divulgar as emissões financiadas de Gases de Efeito Estufa, reforçando seu compromisso com a sustentabilidade. Essa iniciativa visa aumentar a transparência, mitigar riscos climáticos e alinhar as operações do Banco com o Acordo de Paris. Por meio disso, a BB incentiva práticas sustentáveis entre clientes e parceiros, contribuindo para uma economia de baixo carbono.

A medição de emissões financiadas pela BB segue a metodologia PCAF (Parceria de Finanças de Contabilidade de Carbono). Em 2023, após a revisão dos critérios de curto prazo para instituições financeiras publicada pelo SBTi em maio de 2024, as emissões financiadas atingiram 14,733 MtCO<sub>2</sub>e em uma carteira de empréstimos corporativos de R\$ 130,058 bilhões, equivalente a uma intensidade de emissão de 0,1133 milhão de

<sup>2</sup> Com a dissolução do TCFD após a publicação de seu sexto relatório de progresso em 2023, suas recomendações foram incorporadas aos padrões desenvolvidos pelo International Sustainability Standards Board (ISSB), um conselho da Fundação IFRS.

<https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/5760dff3-15e1-4962-9e81-322a0b3d0bbd/588d3f6b-6195-062e-21c7-58dd5ca8618f?origin=2>

<sup>3</sup> Disponível em: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/5760dff3-15e1-4962-9e81-322a0b3d0bbd/373688ac-9f1c-2dc4-7d90-4cb4528c4e14?origin=2>

tCO<sub>2</sub>e por BRL 1 bilhão em empréstimos concedidos. Em 2024, as emissões financiadas atingiram 16,994 MtCO<sub>2</sub>e em uma carteira de empréstimos corporativos de BRL 146,5 bilhões, equivalente a uma intensidade de emissão de 0,1160 milhão de tCO<sub>2</sub>e por BRL 1 bilhão em empréstimos concedidos. Reafirmando seu papel como agente de transformação sustentável e seu compromisso com a transição para uma economia de baixo carbono, o Banco do Brasil estabeleceu uma estratégia robusta para a eliminação progressiva de sua exposição ao carvão até 2030. Esta diretriz abrange tanto operações de crédito quanto investimentos proprietários, envolvendo mineração, geração de energia e atividades de infraestrutura associadas — em projetos novos ou existentes. Em sua primeira fase, a estratégia não inclui novos empréstimos para empresas de mineração de carvão desde 2024<sup>4</sup>.

Para mitigar quaisquer impactos das mudanças climáticas no financiamento agrícola, utilizamos ferramentas como o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc), publicado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), e o Sistema de Referência Técnica Agrícola (RTA), desenvolvido internamente. A ferramenta Zarc indica os municípios com clima e adequação do solo para certas culturas e as variedades de plantas mais adaptadas.

#### Engajamento do Banco do Brasil com a Agricultura e Silvicultura de Baixo Carbono

O Banco do Brasil é reconhecido como um dos principais agentes impulsionadores do desenvolvimento do agronegócio no Brasil, detendo 41% dos recursos concedidos ao setor agrícola em 2024, apoiando o setor em todas as etapas de sua cadeia produtiva e promovendo a sustentabilidade.

O Banco apoia iniciativas voltadas para a mitigação, como o Programa de Financiamento de Sistemas de Produção Agrícola Sustentável – RenovAgro (novo nome do Plano de Agricultura de Baixo Carbono – Plano ABC),<sup>5</sup> que visa promover práticas agrícolas que reduzam as emissões de CO<sub>2</sub> e promovam a conservação ambiental, incentivando a adoção de sistemas de produção mais sustentáveis e, assim, contribuindo para o cumprimento das metas ambientais estabelecidas pelo Acordo de Paris (NDCs)<sup>6</sup>. Desde seu lançamento em 2010, a BB lidera essa iniciativa, que financia sistemas de produção agrícola sustentável reconhecidos por sua capacidade de reduzir ou sequestrar emissões de GEE, promover a produção de vegetação/biomassa e alimentos, e preservar o meio ambiente.

Além da RenovAgro, produtos complementares são oferecidos aos clientes, como o Programa de Pecuária Sustentável, que otimiza os custos de produção enquanto promove a preservação ambiental.

A BB possui diretrizes de sustentabilidade para operações de crédito que incluem ações específicas para os setores agrícola e florestal, garantindo regularização da posse da terra, licenciamento ambiental e monitoramento de áreas sensíveis. Entre outras ferramentas, o BB utiliza o Diagnóstico Geo-Social Ambiental como instrumento estratégico para garantir que as operações de financiamento de crédito rural cumpram

<sup>4</sup> Disponível em: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/5760dff3-15e1-4962-9e81-322a0b3d0bbd/90234c9e-5912-5db4-caf7-1ea4d7efa0a4?origin=2>

<sup>5</sup> O Plano ABC é um dos planos setoriais elaborados de acordo com o Artigo 3 do Decreto nº 7.390/2010 e seu objetivo é organizar e planejar as ações a serem tomadas para a adoção de tecnologias de produção sustentável, selecionadas com o objetivo dos compromissos de redução de emissões de GEE no setor agrícola assumidos pelo país. O plano setorial está disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/plano-abc/arquivo-publicacoes-plano-abc/download.pdf>

<sup>6</sup> O NDC do Brasil compreende o compromisso de reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 37% abaixo dos níveis de 2005 em 2025 e em 43% abaixo dos níveis de 2005 em 2030. No setor agrícola, o país pretende fortalecer o Programa de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC) como a principal estratégia para o desenvolvimento agrícola sustentável, incluindo a restauração de mais 15 milhões de hectares de pastagens degradadas até 2030 e o aprimoramento de 5 milhões de hectares de sistemas integrados de terras agrícolas, pecuária e silvicultura (ICLFS) até 2030. A partir da colheita de 2023/2024, o Programa ABC foi renomeado pelo Governo brasileiro para RENOAGRO. <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/5760dff3-15e1-4962-9e81-322a0b3d0bbd/373688ac-9f1c-2dc4-7d90-4cb4528c4e14?origin=2>

rigorosos critérios legais e socioambientais.

### Engajamento do Banco do Brasil para Promover Energia Renovável no País

Como um dos principais financiadores do setor agroindustrial no Brasil, o Banco do Brasil entende a necessidade das diferentes cadeias produtivas de uma energia acessível e limpa. O Programa de Agroenergia da BB incentiva o uso de energia renovável em áreas rurais, permitindo o financiamento de usinas alternativas, renováveis e de geração de energia limpa para apoiar atividades agrícolas, incluindo fontes solares, de biomassa e eólicas. Em 2024, os contratos de empréstimo desse programa totalizaram 1,1 bilhão de BRL em investimentos no setor, demonstrando a crescente demanda por soluções energéticas sustentáveis nas áreas rurais.

Além disso, a BB concede crédito pela produção de biocombustíveis, especialmente etanol, estimulando as melhores práticas e certificações de culturas, além de excluir novas áreas de cana-de-açúcar nos biomas das bacias dos rios Amazonas, Pantanal e Alto Paraguai.

Em 2020, o Banco do Brasil estabeleceu como meta aumentar a participação de fontes renováveis em sua matriz energética, focando na sustentabilidade e eficiência operacional. Em 2024, a BB atingiu 41,14% de consumo de energia renovável, utilizando energia gerada por 23 usinas solares, o que resultou em uma economia de aproximadamente BRL 10 milhões em 2024. A participação da BB no mercado livre de energia também gerou economias de cerca de BRL 50 milhões em 2024.

### Engajamento do Banco do Brasil em Projetos Sociais

Alguns dos principais desafios da Agenda 30 BB consistem em fortalecer iniciativas de inclusão social e financeira, promovendo a transição para um ambiente de baixo carbono, verde, inclusivo, e uma economia diversa.

Em 2024, o Banco do Brasil registrou um saldo de carteira de crédito de 158,8 bilhões de BRL em empresas sociais (correspondente a 41,1% do saldo do portfólio de crédito sustentável do BB), incluindo: programas governamentais como a *Minha Casa Minha Vida* (MCMV), que oferece moradia acessível para segmentos de baixa renda; microcréditos para microempreendedores; o Programa Nacional de Fortalecimento Familiar Rural (*Pronaf*) apoiar agricultores familiares; a modernização do sistema produtivo e o fortalecimento dos produtores rurais familiares (o programa inclui 12 tipos de linhas de crédito, incluindo financiamento para mulheres em atividades produtivas rurais familiares e microcrédito); o Crédito de Acessibilidade BB, que visa financiar bens e serviços tecnológicos para pessoas com deficiência; e o FIES, um programa governamental de financiamento do ensino superior.

### Banco do Brasil fortalecendo a Economia Azul

A Economia Azul tornou-se um pilar essencial do desenvolvimento sustentável, reconhecendo o valor econômico, social e ambiental dos oceanos, regiões costeiras e ecossistemas de água doce. Ao financiar projetos que melhoram a eficiência hídrica, ampliam a gestão sustentável de águas residuais e modernizam os sistemas de distribuição de água, o Banco do Brasil ajuda a reduzir riscos climáticos, protege comunidades vulneráveis e garante a segurança hídrica a longo prazo. Essas soluções não apenas previnem a poluição e reduzem a pressão sobre os recursos naturais, mas também fortalecem a resiliência contra eventos climáticos extremos.

Igualmente importante é a transformação dos sistemas de produção marítima e aquática. Transporte marítimo limpo, embarcações de baixo carbono e infraestrutura portuária moderna reduzem as emissões e melhoram a segurança em todas as cadeias logísticas. Pescas sustentáveis, aquicultura certificada e biotecnologia marinha criam novas oportunidades econômicas enquanto preservam a biodiversidade e estabilizam ecossistemas vitais. Essas atividades reforçam a segurança alimentar, apoiam as comunidades locais e garantem que os recursos marinhos sejam usados de forma

responsável e regenerativa.

A Economia Azul também impulsiona o crescimento inclusivo por meio do turismo baseado na natureza e da restauração de habitats costeiros e de bacias hidrográficas. Investimentos na recuperação de manguezais, áreas úmidas, recifes de coral e sistemas fluviais geram benefícios climáticos, aumentam a biodiversidade e estimulam o desenvolvimento local. Ao incorporar essas categorias em sua estratégia de finanças sustentáveis, uma instituição não apenas se alinha com as melhores práticas globais, mas também ajuda a desbloquear uma nova fronteira de inovação e impacto — uma que conecta mitigação climática, regeneração ecológica e avanço socioeconômico.

Em 2025, o Banco do Brasil consolidou suas operações da Economia Azul integrando soluções financeiras focadas na segurança hídrica e na modernização da infraestrutura aquática. A estratégia tinha como objetivo financiar iniciativas que promovam a eficiência hídrica, a redução da poluição e a adaptação às mudanças climáticas, totalizando R\$ 1,39 bilhão. Ao alinhar inovação financeira, proteção ambiental e desenvolvimento socioeconômico, o Banco do Brasil reforçou seu compromisso com um modelo de crescimento inclusivo e resiliente, contribuindo para a regeneração dos ecossistemas aquáticos e a criação de valor de longo prazo para comunidades, municípios, estados e a economia como um todo.

#### Justificativa para o Marco de Finanças Sustentáveis do Banco do Brasil

Em alinhamento com a Política Ambiental, Social e Climática (PR SAC) e o Plano de Sustentabilidade do BB, o Banco trabalha para desenvolver continuamente soluções financeiras e modelos de negócios que promovam a transição para uma economia verde inclusiva. Nesse contexto, o Banco do Brasil busca captar fundos por meio de títulos e empréstimos verdes, azuis, sociais ou de sustentabilidade e apresenta seu Quadro de Finanças Sustentáveis, desenvolvido de acordo com os Princípios de Títulos Verdes<sup>7</sup> (GBP) 2025, com o Apêndice 1 de junho de 2022, os Princípios de Títulos Sociais<sup>8</sup> (SBP) 2025, as Diretrizes de Títulos de Sustentabilidade<sup>9</sup> (SBG) 2021, Checklist de Pré-emissão para Programas de Títulos Verdes/Títulos<sup>10</sup> Verdes 2023, Lista de Verificação Pré-emissão para Programas de Títulos Sociais/Títulos Sociais<sup>11</sup> 2023, os Princípios de Empréstimos Verdes<sup>12</sup> (GLP) 2025, os Princípios de Empréstimos<sup>13</sup> Sociais (SLP) 2025, o Guia do Praticante de Títulos Sustentáveis para a Natureza 2025<sup>14</sup>, as Diretrizes para Finanças Azuis Versão 2.0<sup>15</sup> (2025) e o guia Títulos para Financiar a Economia Azul Sustentável<sup>16</sup> (2023) e suas diretrizes:

##### i. Uso dos Recursos

###### a) Categorias Verdes Elegíveis

- **Gestão Ambientalmente Sustentável dos Recursos Naturais Vivos e do Uso da Terra**

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.icmagroup.org/assets/documents/Sustainable-finance/2025-updates/Green-Bond-Principles-GBP-June-2025.pdf>

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www.icmagroup.org/assets/documents/Sustainable-finance/2025-updates/Social-Bond-Principles-SBP-June-2025.pdf>

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.icmagroup.org/assets/documents/Sustainable-finance/2021-updates/Sustainability-Bond-Guidelines-June-2021-140621.pdf>

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.icmagroup.org/assets/documents/Sustainable-finance/2023-updates/Pre-issuance-Check-List-for-Green-Bonds-Green-Bond-Programmes-June-2023-220623.pdf>

<sup>11</sup> Disponível em: <https://www.icmagroup.org/assets/documents/Sustainable-finance/2023-updates/Pre-issuance-Check-List-for-Social-Bonds-Social-Bond-Programmes-June-2023-220623.pdf>

<sup>12</sup> Disponível em: [https://www.lma.eu.com/application/files/1917/4298/0817/Green\\_Loan\\_Principles\\_-\\_26\\_March\\_2025.pdf](https://www.lma.eu.com/application/files/1917/4298/0817/Green_Loan_Principles_-_26_March_2025.pdf)

<sup>13</sup> Disponível em: [https://www.lma.eu.com/application/files/1317/4307/3886/Social\\_Loan\\_Principles\\_-\\_26\\_March\\_2025.pdf](https://www.lma.eu.com/application/files/1317/4307/3886/Social_Loan_Principles_-_26_March_2025.pdf)

<sup>14</sup> Alinhamento de projetos restrito à categoria "Gestão ambientalmente sustentável dos recursos naturais vivos e uso da terra" – Apêndice. Disponível em: <https://www.icmagroup.org/assets/documents/Sustainable-finance/2025-updates/Sustainable-Bonds-for-Nature-A-Practitioners-Guide-June-2025.pdf>

<sup>15</sup> Disponível em: <https://www.ifc.org/content/dam/ifc/doc/2025/guidance-for-blue-finance-v2-0.pdf>

<sup>16</sup> Disponível em: <https://www.icmagroup.org/assets/documents/Sustainable-finance/Bonds-to-Finance-the-Sustainable-Blue-Economy-a-Practitioners-Guide-September-2023.pdf>

- Energia Renovável
  - Eficiência energética
  - Prevenção e controle da poluição
  - Edifícios Verdes
  - Infraestrutura Urbana Verde
  - Transporte Limpo
  - Turismo sustentável
- b) **Categorias Azuis Elegíveis**
- Gestão Sustentável de Água e Esgoto
  - Produtos ecológicos, biotecnologia marinha e produtos químicos (incluindo produtos adaptados à economia circular)
  - Transporte e navegação
  - Pesca e aquicultura
  - Restauração de habitat e proteção de ambientes costeiros, marinhos e de bacias hidrográficas
  - Turismo e lazer
- c) **Categorias Sociais Elegíveis**
- Habitação Acessível
  - Financiamento para Micro, Pequenas e Médias Empresas e Inclusão Financeira
  - Avanço e Empoderamento Socioeconômico
  - Acesso a Serviços Essenciais – recuperação econômica de desastres naturais
- ii. **Processo de Avaliação e Seleção de Projetos**
- iii. **Gestão dos Recursos**
- iv. **Relatórios**

Além do alinhamento com GBP, SBP, SBG, GLP, SLP, SLP, o *Sustainable Bonds for Nature Practitioner's Guide*, as Diretrizes para Finanças Azuis e Títulos para Financiar a Economia Azul Sustentável, o Banco do Brasil utilizou outras melhores práticas internacionais como referências para desenvolver seu Quadro de Finanças Sustentáveis. Foram consultados o Padrão de Títulos Climáticos e os Critérios Setoriais Disponíveis para Certificação da Iniciativa de Títulos Climáticos (CBI), assim como o Padrão Europeu de Títulos Verdes (EUGBS<sup>17</sup>).

A BB pode buscar e obter a Certificação CBI adotando os requisitos necessários para emitir títulos verdes e empréstimos. O Banco nomeará um Verificador Aprovado, que garantirá que o BB atenda aos requisitos. Além disso, ao financiar projetos verdes alinhados à taxonomia da UE e aos outros requisitos-chave da UE, o Banco do Brasil pode emitir títulos verdes com revisão externa registrados pela União Europeia. O Banco do Brasil também consultou a Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB)<sup>18</sup> para garantir que os critérios definidos neste quadro estejam alinhados com as diretrizes do TSB, garantindo que as atividades classificadas como sustentáveis estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no contexto regulatório brasileiro.

Além disso, para as categorias azuis, as Diretrizes para Finanças Azuis Versão 2.0 (2025)<sup>19</sup> da Corporação Financeira Internacional (IFC) e o guia Títulos para Financiar a Economia Azul Sustentável (2023),<sup>20</sup> desenvolvidas em colaboração pelo Banco

<sup>17</sup> Disponível em: [https://finance.ec.europa.eu/sustainable-finance/tools-and-standards/european-green-bond-standard-supporting-transition\\_en](https://finance.ec.europa.eu/sustainable-finance/tools-and-standards/european-green-bond-standard-supporting-transition_en)

<sup>18</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/orgaos/spe/taxonomia-sustentavel-brasileira/cadernos>

<sup>19</sup> Disponível em: <https://www.ifc.org/content/dam/ifc/doc/2025/guidance-for-blue-finance-v2-0.pdf>

<sup>20</sup> Disponível em: <https://www.icmagroup.org/assets/documents/Sustainable-finance/Bonds-to-Finance-the-Sustainable-Blue-Economy-a-Practitioners-Guide-September-2023.pdf>

Asiático de Desenvolvimento (ADB), Associação Internacional de Mercados de Capitais (ICMA), Corporação Financeira Internacional (IFC), Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – Iniciativa Financeira (UNEP FI) e Pacto Global das Nações Unidas (UNGC). foram usados como referências, com o objetivo de garantir que os instrumentos financeiros dedicados à economia azul estejam alinhados com as melhores práticas internacionais, promovendo a conservação dos ecossistemas marinhos, o uso sustentável dos recursos hídricos e a mitigação dos impactos climáticos relacionados aos oceanos.

Caso o Banco do Brasil decida emitir um título ou empréstimo da natureza sob este Quadro, o instrumento temático estará alinhado com os princípios e recomendações do Sustainable Bonds for Nature: A Practitioner's Guide da ICMA. O Banco garantirá um Uso dos Rendimentos claramente definido, critérios robustos de elegibilidade positiva para a natureza, a aplicação de salvaguardas ambientais e sociais, avaliações de não causar danos significativos, processos de engajamento das partes interessadas e análise abrangente de riscos e procedimentos de gestão adaptativa. Além disso, o Banco se comprometerá a seguir as recomendações do guia sobre relatórios de impacto.

## I. Uso dos Recursos

### Objetivos

O setor financeiro desempenha um papel importante na transição para uma Economia Verde Inclusiva<sup>21</sup>, direcionando os fluxos financeiros para setores com mais recursos ambientais e sociais impactos positivos e mitigação de riscos decorrentes de suas operações. Desde 2014, a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) trabalha para medir quanto capital foi investido pelos Bancos no Brasil para promover uma Economia Verde Inclusiva. Em 2020, a FEBRABAN revisou a metodologia, considerando o alinhamento das atividades com padrões de sustentabilidade como a Taxonomia de Finanças Sustentáveis da União Europeia, a Iniciativa de Títulos Climáticos, os Princípios dos Títulos Verdes, os Princípios dos Títulos Sociais e a ISO 14.030.

O Banco do Brasil mede seu portfólio empresarial sustentável considerando o método proprietário ERM (formalmente conhecido como SITAWI) para avaliar o portfólio, referenciado pelos Princípios de Títulos Verdes (GBP), Padrões de Títulos Climáticos, Taxonomia Financeira da União Europeia para Títulos Sustentáveis, Princípios de Títulos Sociais, Os Títulos Mais Legais<sup>22</sup>, Taxonomia Verde da FEBRABAN e outros padrões reconhecidos de sustentabilidade<sup>23</sup>.

As avaliações do ERM sobre a adicionalidade socioambiental das linhas de crédito e das atividades dentro do Portfólio de Crédito Sustentável do Banco do Brasil indicaram que a maior parte do saldo do portfólio está associada a instrumentos financeiros com alta adicionalidade social e/ou ambiental (classificação A), evidenciando o impacto positivo do Banco no desenvolvimento sustentável e na transição para uma economia de baixo carbono e inclusiva.

Em dezembro de 2024, a carteira atingiu um saldo de BRL 386,7 bilhões, representando um crescimento de 12,7% em 12 meses. O portfólio de agricultura<sup>24</sup> de baixo carbono do BB atingiu BRL 67,5 bilhões; melhores práticas socioambientais<sup>25</sup>, BRL 110,9 bilhões;

<sup>21</sup> O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) define "Economia Verde" como uma estrutura que melhora o bem-estar da sociedade e promove a igualdade, ao mesmo tempo em que reduz riscos ambientais e escassez ecológica, utilizando menores emissões de carbono, eficiência no uso de recursos naturais e inclusão social como pilares. Energia renovável, eficiência energética, construção sustentável, transporte sustentável, água, pesca, silvicultura, agricultura sustentável, agronegócio, gestão de resíduos, educação, saúde, inclusão produtiva e desenvolvimento regional são os setores considerados no caminho para uma Economia Verde.

<sup>22</sup> Disponível em: <https://esg.nintgroup.com/the-coolest-bonds>

<sup>23</sup> <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/5760dff3-15e1-4962-9e81-322a0b3d0bbd/e3db9230-a89c-efaa-d99da552f8359575?origin=2>

<sup>24</sup> Definido conforme o Plano ABC governamental.

<sup>25</sup> Definido de acordo com a definição de Economia Verde da UNEP FI.

empresas <sup>26</sup> sociais, BRL 158,8 bilhões; e BRL 49,6 bilhões em outras operações (corporativas). No primeiro semestre de 2025, o saldo do portfólio sustentável do BB já havia atingido aproximadamente BRL 396,5 bilhões.

Como um dos maiores Bancos da América Latina, o Banco do Brasil busca contribuir de forma decisiva para a transição do Brasil rumo a uma Economia Sustentável. Este Quadro de Finanças Sustentáveis marca um dos esforços do Banco para diversificar suas possibilidades de financiamento para financiar projetos com impactos ambientais positivos (verde e azul), sociais e climáticos.

### Categorias Elegíveis

Esta seção apresenta as categorias de ativos elegíveis que geram benefícios ambientais, sociais e climáticos que podem constituir a base para títulos e empréstimos verdes/azuis/sociais/de sustentabilidade obtidos pelo BB.

Qualquer título ou empréstimo verde/azul/social/sustentável captado pelo Banco do Brasil será baseado no portfólio atual de crédito verde, azul e social e em novos projetos que sigam as práticas estabelecidas por este marco. Também destacamos que os projetos selecionados a serem financiados com receitas dos títulos e empréstimos verdes/azuis/sociais/de sustentabilidade da BB devem contribuir para um ou mais dos ODS da ONU.

No entanto, é importante ressaltar que as contribuições para os ODS indicadas neste quadro implicam que os projetos apoiam, em certa medida, o cumprimento de algumas de suas metas respectivas e não pretendem cumprir o objetivo sozinhos.

#### a) Categorias Verdes

Projetos Verdes devem se enquadrar em uma das seguintes categorias dos Princípios dos Títulos Verdes (GBP) 2025 e dos Princípios de Empréstimos Verdes (BPL) 2025: "Gestão Ambientalmente Sustentável dos Recursos Naturais Vivos e Uso do Solo" – incluindo projetos de adaptação às mudanças climáticas – "Energia Renovável", "Eficiência Energética", "Prevenção e controle da poluição", "Edifícios Verdes", "Infraestrutura<sup>27</sup> Urbana Verde", "Transporte Limpo" e "Turismo Sustentável". Os seguintes tipos de projetos e tecnologias compõem o portfólio de crédito verde da BB.

<sup>26</sup> Definido de acordo com a definição de Economia Verde da UNEP FI.

<sup>27</sup> Definido de acordo com a Taxonomia Sustentável do Brasil. [https://www.gov.br/fazenda/pt-br/orgaos/spe/taxonomia-sustentavel-brasileira/cadernos/02-8\\_tsb\\_servicos-sociais.pdf](https://www.gov.br/fazenda/pt-br/orgaos/spe/taxonomia-sustentavel-brasileira/cadernos/02-8_tsb_servicos-sociais.pdf)

Categoria (GBP/GLP)	Tipo de ativo elegível	Definição	Benefícios ambientais
Gestão Ambientalmente Sustentável dos Recursos Naturais Vivos e do Uso da Terra	Agricultura de Baixo Carbono (contribuindo para o Plano ABC) – os recursos serão direcionados para financiar custos relacionados às práticas sustentáveis	Sistemas agrícolas de baixo carbono	Investimentos em sistemas agrícolas sem cultivo. - Preservação da biodiversidade e proteção dos ecossistemas terrestres
		Recuperação e restauração do solo	Recuperação do solo e restauração de investimentos em pastagens degradadas. - Mitigação das mudanças climáticas - Redução da erosão do solo
		Sistemas integrados de criação agrícola e sistemas agroflorestais	Sistemas integrados usando manejo florestal sustentável (ICLF/ICL/ICF/ILF) e agrofloresta. - Prevenção da poluição da água - Resiliência e capacidade adaptativa a riscos relacionados ao clima e desastres naturais
		Fixação biológica de nitrogênio	Processos que transformam o nitrogênio atmosférico em formas assimiláveis para plantas por microrganismos.
		Tratamento de Resíduos Animais	Biodigestão e compostagem de resíduos animais, incluindo geração de energia.
		Outros projetos	Adaptação de sistemas produtivos e gestão de riscos na agricultura, incluindo conversão para produção certificada por terceiros (BONSUCRO, FSC, PEFC, IFOAM/Orgânico Brasil, BCI,

Rainforest Alliance/UTZ, Fairtrade, 4C), irrigação por gotejamento, agricultura protegida e monitoramento climático<sup>28</sup>.

	Sistemas de irrigação sustentáveis	Construção ou modernização de sistemas de irrigação sustentáveis, como pivô, cheia e gotejamento de alta eficiência.	
	Silvicultura	Florestas comerciais e manejo florestal sustentável de acordo com as melhores práticas internacionais e <sup>29</sup> nacionais e certificadas pela FSC ou PEFC; e recuperação de reservas legais, florestas ripárias e áreas de preservação ambiental.	
Energia Renovável	Usinas Solares	Construção, desenvolvimento, operação e manutenção de usinas de geração de energia elétrica movidas a energia solar <sup>30</sup> .	- Mitigação das mudanças climáticas
	Usinas Eólicas	Construção, desenvolvimento, operação e manutenção de usinas de geração de energia elétrica movidas a energia <sup>31</sup> eólica.	- Redução da poluição atmosférica
	Usinas de Biomassa	Construção, desenvolvimento, operação e manutenção de resíduos de biomassa (resíduos) para eletricidade <sup>32</sup> .	
	Usinas hidrelétricas	Construção, desenvolvimento, operação e manutenção de pequenas instalações hidrelétricas de curso de rio	

<sup>28</sup> Exceto para projetos de mapeamento e modelagem de vulnerabilidades já elegíveis, as necessidades de adaptação para elegibilidade de projetos nessa categoria serão avaliadas com base na ferramenta governamental AdaptaClima (<http://adaptaclima.mma.gov.br>).

<sup>29</sup> A BB submete todos os projetos e atividades florestais a um processo de triagem ambiental e social, garantindo alinhamento com as melhores práticas internacionais e nacionais (biodiversidade e gestão sustentável da água).

<sup>30</sup> Inclui unidades de geração de energia elétrica de até 75 KW (microgeração) ou entre 75 KW e 5 MW (mini-geração) sob um sistema de energia distribuída, conforme definido pela Resolução nº 482/2012 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Disponível em: <http://www2.aneel.gov.br/cedoc/bren2012482.pdf>

<sup>31</sup> Inclui unidades de geração de energia elétrica de até 75 KW (microgeração) ou entre 75 KW e 5 MW (mini-geração) sob um sistema de energia distribuída, conforme definido pela Resolução nº 482/2012 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Disponível em: <http://www2.aneel.gov.br/cedoc/bren2012482.pdf>

<sup>32</sup> Inclui unidades de geração de energia elétrica de até 75 KW (microgeração) ou entre 75 KW e 5 MW (mini-geração) sob um sistema de energia distribuída, conforme definido pela Resolução nº 482/2012 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Disponível em: <http://www2.aneel.gov.br/cedoc/bren2012482.pdf>

		com até 30 MW de capacidade instalada <sup>33</sup> .	
	<b>Equipamentos Associados</b>	Instalação de equipamentos, sistemas e tecnologias necessários para a implementação de micro/minigeradores, incluindo infraestrutura dedicada de transmissão apenas para energia renovável.	
	<b>Biocombustíveis</b>	<p>Produção de etanol<sup>34</sup> em conformidade com:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) BONSUCRO e</li> <li>b) Limiar de emissões de gases de efeito estufa (GEE) estabelecido pelos critérios de Bioenergia da Climate Bonds Initiative e pela ferramenta de cálculo de GEE<sup>35</sup> RenovaCalc.<sup>36</sup></li> <li>c) se não certificado, então a produção de matéria-prima não ocorrerá em terras com alta biodiversidade (pelo menos nos últimos 10 anos, para o Brasil) nem em áreas de consumo de carbono elevado.</li> </ul> <p>Outros combustíveis líquidos derivados da biomassa, certificados pela ISCC EU. Óleo de palma certificado pela Mesa Redonda sobre Óleo de Palma Sustentável (RSPO).</p>	
<b>Eficiência energética</b>	<b>Energia Eficiência</b>	<b>Melhorias na eficiência energética em processos, instalações e edifícios da indústria que entregam pelo menos 20% acima do nível base, incluindo:</b>	<b>- Mitigação das mudanças climáticas</b>

<sup>33</sup> Conforme definido pela Resolução nº 875/2020 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-normativa-n-875-de-10-de-marco-de-2020-248070610>

<sup>34</sup> Produção de etanol totalmente em conformidade com o Código Florestal Brasileiro, que não compete com a produção alimentar nem esgota os reservatórios terrestres de carbono existentes, principalmente etanol de cana-de-açúcar originado de plantações com colheita mecanizada, que não empregam práticas de queima pré-colheita.

<sup>35</sup> Disponível em: <https://www.climatebonds.net/standard/bioenergy>

<sup>36</sup> Criada pela Lei 13.576/2017, a RenovaBio é a nova Política Nacional de Biocombustíveis para fomentar a produção de biocombustíveis baseada na sustentabilidade ambiental, social e econômica, visando a redução das emissões de GEE no país.

- Instalação de iluminação pública ou equipamentos mais eficientes
- Sistemas de Aquecimento, Ventilação e Ar-Condicionado (HVAC) energeticamente eficientes
- Instalações de armazenamento e armazéns energeticamente eficientes, por exemplo, processos de secagem usando biomassa florestal ou energia renovável.
- Redução das perdas de calor e aumento da recuperação de calor residual em processos industriais não relacionados à produção ou uso de combustíveis fósseis.
- Rede inteligente para sistemas de energia mais eficientes.
- Instalação, manutenção e operação de sistemas de gestão de energia — certificados sob a ISO 50001, incluindo para micro, pequenas e médias empresas.
- Instalação, manutenção e operação de tecnologias elétricas eficientes para vapor, água quente e aquecimento de processo, incluindo bombas de calor e caldeiras elétricas que atendem à mais recente certificação PROCEL ou estejam autorizadas a carregar o Selo Nacional de Conservação de Energia (ENCE), Nível A do INMETRO.
- Implementação de coleta e análise

avançada de dados, incluindo a instalação de sistemas de medição e monitoramento e a instalação de controles inteligentes para gestão e otimização do consumo de energia.

- Adaptação ou substituição de sistemas de geração de calor baseados em combustíveis fósseis por sistemas de geração de calor alimentados por biocombustíveis, incluindo sua instalação, manutenção e operação.
- Instalação, manutenção e operação de tecnologias de cogeração (CHP — Calor e Energia Combinados e CCHP — Frio, Aquecimento e Energia Combinados) que não utilizam combustíveis fósseis.
- Outros: Projetos adicionais de eficiência energética listados na Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB)<sup>37</sup> que demonstram, por meio de uma metodologia reconhecida, uma redução mínima de 20% no consumo de energia em relação ao nível de referência.

Prevenção e controle da poluição	Resíduos Sólidos	Sistemas de prevenção de resíduos seguidos por reutilização e reciclagem <sup>38</sup> , incluindo resíduos, para energia tecnologias, além do industrial Instalações de reciclagem	- Mitigação das mudanças climáticas
----------------------------------	------------------	---	-------------------------------------

<sup>37</sup> Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB), capítulo da Indústria de Manufatura. <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/orgaos/spe/taxonomia-sustentavel-brasileira/cadernos/industria-de-transformacao-cnae-c>

<sup>38</sup> Os investimentos em instalações industriais de reciclagem incluirão o processamento de frações de resíduos recicláveis em matérias-primas secundárias e instalações que coletam, separam, limpam, recondicionam, recondicionam e reparam produtos.

---

Edifícios Verdes	Edifícios Certificados	Construção ou modernização de edifícios residenciais, industriais e comerciais com alta certificação, de acordo com a Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB). <sup>39</sup>	- Mitigação das mudanças climáticas (em áreas-chave, como centros urbanos)
		<ul style="list-style-type: none"><li>• Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) com classificação "A" para edifícios comerciais e classificação "B" para edifícios residenciais, como parte do Programa Brasileiro de Rotulagem para Edificações (PBE Edifica) para construções comerciais.</li><li>• Selo Casa Azul, nível Cristal.</li><li>• Certificação LEED V4 ou versões superiores.</li><li>• Certificado EDGE pela Excelência em Design para Maiores Eficiências.</li><li>• Selo AQUA, nível "Muito Bom" ou superior, ou melhores práticas na Categoria 4: Energia.</li><li>• GBC Casa &amp; Condomínio Seal, nível Ouro ou Platina, pelo Green Building Council (GBC) Brasil.</li><li>• Método de Avaliação Ambiental do Estabelecimento de Pesquisa em Edifícios (BREEAM) – Aprovado ou superior.</li><li>• GBC Brasil Zero Energy</li></ul>	

---

<sup>39</sup> Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB), capítulo de Construção. <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/orgaos/spe/taxonomia-sustentavel-brasileira/cadernos/construcao-cnae-f>

Infraestrutura Urbana Verde	Infraestrutura Urbana Verde	<p>Financiamento aos municípios brasileiros para os seguintes usos dos recursos provenientes, de acordo com a Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB)<sup>40</sup> e o PEM mais+ Sustentável<sup>41</sup>:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementação e gestão de parques municipais e trabalhos para melhorar a cobertura de árvores em áreas públicas.</li> <li>• Projetos de restauração ecológica para corpos d'água urbanos.</li> <li>• Criação de Sistemas de Drenagem Urbana Sustentável (SUDS), utilizando jardins de chuva e bacias de biorretenção.</li> <li>• Desenvolvimento e manutenção de telhados verdes e paredes verdes em edifícios públicos ou privados com incentivos municipais.</li> <li>• Instalação de biodigestores.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Preservação da biodiversidade e proteção de ecossistemas terrestres</li> <li>- Mitigação das mudanças climáticas - Redução da erosão do solo</li> <li>- Prevenção da poluição da água</li> <li>- Resiliência e capacidade adaptativa a riscos relacionados ao clima e desastres naturais</li> </ul>
Transporte Limpo	Transporte não motorizado	Aquisição de bicicletas e patinetes, bem como infraestrutura e caminhos para pedestres e ciclistas.	- Mitigação das mudanças climáticas
	Veículos elétricos e híbridos	Aquisição de ônibus elétricos, veículos elétricos e híbridos <sup>42</sup> , bem como desenvolvimento de pontos de carregamento para carros elétricos.	- Redução da poluição atmosférica
	Sistemas de transporte público	Construção de sistemas de metrô, metrô leve e ônibus de transporte rápido certificados pela ITDP. Ferrovia de passageiros com limiar de emissões diretas inferior a 50gCO <sub>2</sub> e/pkm ou 80,47gCO <sub>2</sub> /pmi	

<sup>40</sup> Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB), capítulo de Serviços Sociais para Qualidade de Vida e Planejamento.

[https://www.gov.br/fazenda/pt-br/orgaos/spe/taxonomia-sustentavel-brasileira/cadernos/02-8\\_tsb\\_servicos-sociais.pdf](https://www.gov.br/fazenda/pt-br/orgaos/spe/taxonomia-sustentavel-brasileira/cadernos/02-8_tsb_servicos-sociais.pdf)

<sup>41</sup> Linha de crédito sustentável da BB voltada para o setor público. <https://www.bb.com.br/site/setor-publico/credito/pem-mais-sustentavel/>

<sup>42</sup> Veículos que possuem o Selo CONPET, com emissões máximas no escapamento de 75 gCO<sub>2</sub>/km.

	Ferrovia	<p>Construção de ferrovias de passageiros e cargas.          Ferrovia de passageiros com limite de emissões diretas inferior a 50gCO<sub>2</sub>e/pkm ou 80,47gCO<sub>2</sub>/pmi.          Ferrovia de carga com limite de emissões, para o portfólio, inferior a 25gCO<sub>2</sub>/tkm ou 40,23gCO<sub>2</sub>/tmi. O financiamento será limitado ao transporte ferroviário de carga, onde menos de 25% do material rodante é dedicado ao transporte de combustíveis fósseis.</p>
Turismo sustentável	Turismo sustentável	<p>Adoção de tecnologias inovadoras que aumentam a eficiência energética e a sustentabilidade, utilizando TI em instalações relacionadas ao turismo — como sistemas de gestão de energia e redes inteligentes.</p> <p>Adoção de projetos energéticos voltados para preservar a biodiversidade e os ecossistemas, garantindo a manutenção de habitats naturais, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sistemas de geração de energia renovável instalados em instalações turísticas existentes, utilizando telhados, áreas construídas ou estacionamentos, sem remover vegetação nativa ou interferir em habitats naturais.</li> </ul> <p>Projetos de energia renovável em instalações turísticas localizadas em Áreas ambientalmente sensíveis — como zonas costeiras, áreas próximas a áreas protegidas ou corpos d'água — desde que sejam implementadas em áreas já alteradas (antropizadas) e apoiadas por estudos ambientais e medidas de</p>

- Mitigação das mudanças climáticas
- preservação da biodiversidade e proteção dos ecossistemas terrestres

---

#### mitigação

- que evitam impactos na biodiversidade local.
- Sistemas de biogás ou biomassa que fornecem energia para empresas turísticas, utilizando resíduos orgânicos gerados por hospedagem, alimentação ou atividades de lazer, contribuindo para a redução de resíduos, substituição de combustíveis fósseis e diminuição das pressões indiretas sobre os ecossistemas naturais.
- Projetos energéticos associados a iniciativas de turismo sustentável que integram requisitos ambientais, como a restauração de áreas degradadas, recuperação de áreas permanentes de preservação (APPs), gestão eficiente de resíduos e educação ambiental voltada para visitantes e comunidades locais.

Implementação de programas de modernização para adaptar a infraestrutura existente ao uso de tecnologias energeticamente eficientes, reduzindo assim o consumo total de energia. Inclui projetos que utilizam soluções e materiais de construção de baixo impacto ambiental, integrados ao ambiente natural, que reduzem emissões, consumo de

---

recursos e degradação ambiental, e que também podem contribuir para a restauração paisagística ou funcional de anteriormente degradadas, de acordo com a avaliação ambiental do projeto.

Incorporação de projetos e materiais de alto desempenho e eficiência energética que restaurem ou melhorem ativamente o ambiente natural ao redor.

Implementação de soluções de transporte que protejam ou regenerem os ecossistemas locais — por exemplo, reduzindo o ruído e a poluição do ar próximos aos habitats de vida selvagem. Os projetos devem seguir os critérios estabelecidos na categoria Transporte Limpo.

Desenvolvimento de plataformas digitais que promovam experiências de turismo regenerativo (focadas na restauração ativa dos ecossistemas locais) e incentivem comportamentos de viagem ambientalmente responsáveis, incluindo ferramentas de rastreamento de impacto em tempo real que permitem aos usuários monitorar suas contribuições para os esforços de restauração. Pode incluir plataformas digitais que fornecem ferramentas transparentes para acompanhar o impacto gerado pelos visitantes, bem como soluções que possibilitam o monitoramento contínuo da regeneração ambiental e engajem os visitantes em práticas ambientalmente positivas.

---

Implementação de tecnologias de economia de água que garantam pelo menos 25% de redução no consumo anual de água, como torneiras de baixo fluxo, vasos sanitários com dupla descarga e eletrodomésticos eficientes em acomodações turísticas e estabelecimentos de alimentação.

---

### Agricultura de baixo carbono

O ANEXO 2 apresenta uma descrição das técnicas agrícolas e seus benefícios. Exemplos dos tipos de culturas que se beneficiam das técnicas agrícolas de baixo carbono incluem soja, milho, trigo, feijão, maçã, mandioca, alho, arroz, aveia, batata, café, cevada, grama, feno, laranja e cana-de-açúcar (de acordo com o BONSUCRO). Exemplos de tipos de atividades relacionadas à recuperação e restauração do solo incluem criação de aves, suínos, gado, cabras, cavalos e búfalos.

As atividades nessa categoria que podem ser financiadas incluem: elaboração de projetos técnicos, georreferenciamento de áreas rurais e regularização ambiental, assistência técnica, biofertilização, recuperação do solo, aquisição de sementes e mudas para pastagens e florestas, aquisição de insumos e serviços para implementação e manutenção de projetos, aquisição, transporte, aplicação e incorporação de retificadores agrícolas (calcário e outros), delimitação e construção de terraços e implementação de práticas conservacionistas do solo, aquisição de máquinas nacionais, construção e modernização de propriedades rurais, e despesas laborais vinculadas ao principal financiamento de investimento<sup>43</sup>. As atividades financiadas pelo Plano ABC não preveem a expansão ou abertura de áreas agrícolas.

### Energia Renovável

Os projetos de energia renovável incluem geração micro e mini de energia para o setor primário (linhas de crédito de energia agrícola) e geração de energia para indústria, comércio, serviços e residências, incluindo equipamentos e tecnologias associadas para seu funcionamento adequado. Linhas de transmissão dedicadas para conectar essas usinas de energia renovável ao sistema nacional de rede e projetos que apoiem a expansão da produção de biocombustíveis sustentáveis também são considerados.

Os investimentos para a compra e implementação de microgeradores e mini geradores para atividades agrícolas e pecuárias, incluindo equipamentos e tecnologias associados para seu uso adequado e outros custos de instalação, são abrangidos por esta categoria. O Programa de Agro-Energia da BB abrange operações financeiras em linhas de crédito como "Pronaf Eco", "Pronaf Agroindústria", "Prodecoop", "Inovagro", "Investe Agro", "Pronamp Investimento" e "FCO Rural Investimento Agropecuário".

### Infraestrutura Urbana Verde

Essa categoria foi incluída em reconhecimento ao papel do Banco do Brasil no apoio ao setor público e seu alinhamento com a Taxonomia Sustentável Brasileira<sup>44</sup>, que abrange atividades relacionadas à estruturação, restauração, ampliação, manutenção e

---

<sup>43</sup> O Manual de Crédito Rural (MCR) permite o financiamento de outros tipos de investimentos em atividades rurais dentro dos limites estabelecidos do valor total financiado: <https://www3.bcb.gov.br/mcr/manual/09021771806f5013.pdf>

<sup>44</sup> Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB), Serviços Sociais para Qualidade de Vida e Planejamento. [https://www.gov.br/fazenda/pt-br/orgaos/spe/taxonomia-sustentavel-brasileira/cadernos/02-8\\_tsb\\_servicos-sociais.pdf](https://www.gov.br/fazenda/pt-br/orgaos/spe/taxonomia-sustentavel-brasileira/cadernos/02-8_tsb_servicos-sociais.pdf)

operação de calçadas, parques, praças e outras áreas verdes em zonas urbanas com cobertura arbórea densa e concentrada. Essas iniciativas contribuem para a captura de carbono, melhoria do microclima e redução dos riscos associados a deslizamentos de terra, inundações e inundações. A categoria também inclui a implementação e gestão de Soluções Baseadas na Natureza (NbS) e Infraestrutura Verde-Azul (IVAZ), como corredores verdes urbanos, parques lineares, restauração de Áreas de Preservação Permanente (APP) (conservação e recuperação de nascentes e fontes de água), em locais urbanos, sistemas sustentáveis de drenagem urbana e escoamento, bem como áreas densas e de concentração de árvores-iniciativas de plantio, estabelecimento de florestas urbanas e restauração da vegetação nativa.

#### b) Categorias azuis

Projetos Azuis devem se enquadrar em uma das seguintes categorias das Diretrizes IFC para Finanças Azuis Versão 2.0 (2025) e da Diretriz: Títulos para Financiar a Economia Azul Sustentável (2023): "Gestão Sustentável de Água e Esgoto", "Transporte e Navegação", "Pesca e Aquicultura", "Restauração de Habitat e Proteção de Ambientes Costeiros, Marinhos e de Bacia Hidrográfica" e "Turismo e Recreação".

Os seguintes tipos de projetos e tecnologias compõem o portfólio de crédito azul da BB.

Categoria (IFC/Guia da Economia Azul)	Tipo de ativo elegível	Definição	Benefícios ambientais	
Gestão Sustentável da Água e Águas Sólidas	Água	Tecnologias e equipamentos de eficiência hídrica	<p>Atividades de extração de água em vários setores (saneamento, alimentos, celulose e papel, mineração, química e energia, com estudos hidrogeológicos e captação de água dentro de limites sustentáveis) que são conduzidas com base em uma avaliação abrangente da disponibilidade de água doce e que garantem um equilíbrio entre descarga e recarga, assim, evitando a extração excessiva de água.</p> <p>Tecnologias de eficiência hídrica, equipamentos e atividades de gestão da água que reduzem a pegada hídrica em pelo menos 10% por unidade de serviço a partir de uma linha de base documentada, incluindo, mas não se limitando a,</p>	<p>- Mitigação das mudanças climáticas</p> <p>- Prevenção da poluição da água</p>

sistemas e tecnologias  
como:

- Irrigação por gotejamento
- Retenção e utilização da água da chuva
- Soluções para reciclagem de água
- Sensores
- Técnicas agroecológicas inteligentes de medição de água para conservação da água.

Usinas de dessalinização sustentável que não criam bloqueio de carbono<sup>45</sup> e não são emissores elevados (menos de 100 gCO<sub>2</sub>e/KWh ou alimentadas por fontes de energia renovável), aplicam tecnologias eficientes e de baixo impacto, como sistemas baseados em membranas, para ajudar a proteger o esgotamento das águas subterrâneas e áreas úmidas, promover a redução da extração de fontes de água não sustentáveis e evitar a poluição hipersalina do meio ambiente (incluindo a norma ISO 23446);

---

<sup>45</sup> O bloqueio de carbono ocorre quando, devido a fatores técnicos, econômicos ou institucionais associados a um determinado investimento, espera-se que um ativo intensivo em emissões continue operando mesmo depois de existirem opções viáveis — e economicamente preferíveis — de menor carbono que poderiam substituí-lo. Grupo Banco Mundial. "O Grupo Banco Mundial e a Aliança de Paris". <https://www.worldbank.org/en/publication/paris-alignment/joint-mdb-paris-alignment-approach>

---

<b>Abastecimento sustentável de água</b>	<b>Infraestrutura nova, expansão, reabilitação ou adaptação de abastecimento sustentável de água (por exemplo, extração e tratamento sem esgotar os recursos hídricos) que permita uma redução significativa do volume de água extraída para satisfazer uma demanda definida. A redução deve ser caracterizada como representando um aumento mínimo de 10% na eficiência do sistema de abastecimento de água.</b>
<b>Sistemas de transporte e distribuição de água</b>	<b>Desenvolvimento, substituição e/ou reabilitação de sistemas de transporte e distribuição de água (por exemplo, dutos e rede) que documentem pelo menos 10% de redução nas perdas físicas em comparação a uma linha de base <sup>46</sup>documentada.</b>
<b>Águas residuais</b>	<b>Estações de tratamento de esgoto e sistemas de coleta de águas residuais, incluindo municipais, industriais, agronegócios, comerciais e/ou residenciais.  Projetos de reutilização de águas residuais que demonstrem redução da captação ou contaminação de corpos d'água em pelo menos 10% por unidade de serviço a partir de uma linha de base documentada.</b>

---

<sup>46</sup> Perdas físicas (perdas reais) referem-se à parte da Água Não Comercial (NRW) que resulta de vazamentos, rompimento de tubulações e transbordamentos de armazenamento dentro da rede de suprimentos. Ao contrário das perdas comerciais, as perdas físicas representam água que é fisicamente perdida e não pode ser recuperada. <https://www.ifc.org/content/dam/ifc/doc/2025/guidance-for-blue-finance-v2-0.pdf>

Para a gestão de águas residuais, os projetos devem estar a menos de 100 km da costa<sup>47</sup>.

Produtos ecológicos, biotecnologia marinha e produtos químicos (incluindo produtos adaptados à economia circular)		A coleta sustentável de excedentes de materiais orgânicos naturais (plantas) ou de origem aquática e marinha (como algas <i>sargassum</i> ) e a conversão para novos produtos ou substâncias sustentáveis com uso e valor alternativos sem perturbar os ecossistemas locais. Os projetos devem ser certificados sob o Padrão ASC-MSC de Algas.	- Mitigação das mudanças climáticas  - Prevenção da poluição da água
	Biotecnologia Marinha	Fibras alternativas de baixo carbono e biodegradáveis (como a Lyocell) substituem fibras fósseis (por exemplo, poliéster) nas cadeias de valor das indústrias médica, de vestuário e outras. A avaliação do ciclo de vida deve demonstrar que a produção e descarte das fibras resultam em uma pegada de carbono menor e menor impacto ambiental do que as alternativas baseadas em fósseis.	- Preservação da biodiversidade e proteção dos ecossistemas marinhos
	Produtos químicos	Pelo menos uma redução de 20% <sup>48</sup> por unidade de produto ou substituição de fertilizantes sintéticos à base de fosfato ou nitrogênio por alternativas sustentáveis e fertilizantes e suplementos biodegradáveis, <sup>49</sup> em áreas conectadas a rios ou bacias d'água costeiras. <sup>50</sup>	
Economia Circular	Uso de plásticos reciclados ou reutilizados (pelo menos 20% do material reciclado) para manufatura em uma abordagem de economia circular em áreas conectadas a rios ou bacias hidroelétricas costeiras.  Instalações de coleta e reciclagem de plásticos, substituição de embalagens plásticas por materiais sustentáveis e biodegradáveis, e reutilização ou		

<sup>47</sup> Títulos para Financiar a Economia Azul Sustentável – Um Guia do Praticante (2023).

<https://www.icmagroup.org/assets/documents/Sustainable-finance/Bonds-to-Finance-the-Sustainable-Blue-Economy-a-Practitioners-Guide-September-2023.pdf>

<sup>48</sup> No caso de um mercado bem desenvolvido ou de uma entidade madura que já utiliza produtos de última geração, a entidade deve demonstrar como o produto atende a esses critérios, em vez de ilustrar uma redução de 20%.

<sup>49</sup> O escoamento de fertilizantes para os oceanos causa a eutrofização, que é o enriquecimento de nutrientes em um ecossistema. Quantidades excessivas de nutrientes incentivam o crescimento de algas e outras plantas aquáticas, o que por sua vez leva a muitos efeitos negativos, como o crescimento extensivo de algas (proliferações de algas) e a falta de oxigênio no mar.

<https://www.ifc.org/content/dam/ifc/doc/2025/guidance-for-blue-finance-v2-0.pdf>

<sup>50</sup> Áreas próximas a um corpo d'água referem-se a áreas que margeiam a costa ou áreas que têm pelo menos 50% de sua superfície a menos de 50 quilômetros de uma linha costeira, ou que têm ou estão a menos de 50 quilômetros de rios e lagos para onde toda a água superficial próxima flui. <https://www.ifc.org/content/dam/ifc/doc/2025/guidance-for-blue-finance-v2-0.pdf>

		<p>reaproveitamento de plásticos em áreas próximas a corpos d'água. Inclui instalações de reciclagem para a triagem e processamento de resíduos não perigosos coletados separadamente, convertendo pelo menos 30% em peso em matérias-primas secundárias para substituir matérias-primas virgens.</p>	
		<p>Embarcações elétricas, movidas a vento e outras embarcações que utilizam combustíveis à base de hidrogênio de baixa emissão (incluindo recipientes de células de combustível): por exemplo, amônia verde e metanol verde, derivados de fontes de energia renovável.</p>	
		<p>Infraestrutura habilitadora associada, como infraestrutura de recarga (incluindo energia renovável em terra e/ou pontos de carregamento offshore renováveis) e infraestrutura de armazenamento e abastecimento para combustíveis à base de hidrogênio de baixa emissão (até 7kg CO<sub>2</sub>eq/kg H<sub>2</sub>).</p>	<p>- Mitigação das mudanças climáticas</p>
		<p>Ferramentas de rastreamento, monitoramento, mapeamento e análise baseadas em tecnologia e/ou práticas alternativas de roteamento para proteger a vida submersa (por exemplo, evitar colisões com grandes mamíferos).</p>	<p>- Redução da poluição do ar</p> <p>- Redução da poluição da água</p>
		<p>Tratamento de água de lastro em embarcações para cumprir a Convenção Internacional para o Controle e Gestão da Água de Lastro e Sedimentos de Navios (Convenção BWM) para evitar a propagação de espécies invasoras exóticas<sup>51</sup> (incluindo a norma ISO 11711).</p>	<p>- Preservação da biodiversidade e proteção dos ecossistemas marinhos</p>
		<p>Equipamentos e instalações de tratamento de água não químico (como biorreatores de membrana e radiação UV) para todas as águas negras e cinzas geradas por portos e embarcações.</p>	
		<p>Sistemas e equipamentos de tratamento de água de porão em embarcações de navegação.</p>	
Transporte e navegação	Transporte Marítimo Limpo e Infraestrutura – os ativos de transporte incluídos nesta categoria não incluirão aqueles usados para o transporte de combustíveis fósseis		

<sup>51</sup> Embora a água de lastro seja essencial para operações de navegação modernas seguras e eficientes, ela pode apresentar sérios problemas ecológicos, econômicos e de saúde devido à multiplicidade de espécies marinhas transportadas na água de lastro dos navios. Incluem bactérias, micróbios, pequenos invertebrados, ovos, cistos e larvas de várias espécies. As espécies transferidas podem sobreviver para estabelecer uma população reprodutiva no ambiente hospedeiro, tornando-se invasoras, competindo com espécies nativas e multiplicando-se. <https://www.ifc.org/content/dam/ifc/doc/2025/guidance-for-blue-finance-v2-0.pdf>

---

Tecnologia, medição e equipamentos para redução de poluição sonora marítima em embarcações.<sup>52</sup>

Reciclagem e/ou reaproveitamento de embarcações. Em conformidade com a Convenção de Hong Kong de 2009<sup>53</sup> para a Reciclagem Segura e Ambientalmente Correta de Navios.

Sistemas, tecnologias e medições que facilitam a melhoria da prevenção de vazamentos de petróleo, proteção de riscos e instalações de recuperação.

Instalações de captação de resíduos sólidos e outros resíduos em portos e terminais para coleta e tratamento de lixo e resíduos. Os projetos devem garantir que os resíduos coletados sejam descartados e tratados de maneira ambientalmente adequada, em conformidade com a legislação aplicável e os planos de gestão de resíduos (quando relevante), prevenindo impactos negativos no meio marinho e costeiro.

---

Estabelecimento e manutenção de zonas de proibição de captura (NTZs).<sup>54</sup>

Pesca e aquicultura	Pesca Sustentável e Aquicultura	Produção aquívina sustentável em terra de produtos de alto valor de nicho, como crustáceos, ouriços-do-mar, corais ornamentais e peixes.	- Preservação e proteção da biodiversidade e Ecossistemas marinhos
		Cultivo sustentável de bivalves para remoção de algas e nutrientes em águas costeiras eutróficas.	
		Cadeia de frio e armazenamento para pesca de pequeno e médio porte em áreas com cotas de pesca sustentável.	

---

<sup>52</sup> Organização Marítima Internacional, Diretrizes Revisadas para a Redução do Ruído Irradiado Subaquático do Transporte Marítimo para Enfrentar Impactos Adversos à Vida Marinha (MEPC.1/Circ.906), MEPC.1/Circ. 906.

[https://wwwcdn.imo.org/localresources/en/Documents/MEPC.1-Circ.906%20-%20Revised%20Guidelines%20For%20The%20Reduction%20Of%20Underwater%20Radiated%20NoiseFrom%20Shipping%20To%20Address...%20\(Secretariado\).pdf](https://wwwcdn.imo.org/localresources/en/Documents/MEPC.1-Circ.906%20-%20Revised%20Guidelines%20For%20The%20Reduction%20Of%20Underwater%20Radiated%20NoiseFrom%20Shipping%20To%20Address...%20(Secretariado).pdf)

<sup>53</sup> Organização Marítima Internacional. <https://www.imo.org/en/about/conventions/pages/the-hong-kong-international-convention-for-the-safe-and-environmentally-sound-recycling-of-ships.aspx>

[https://moind.portal.gov.bd/sites/default/files/files/moind.portal.gov.bd/page/66b4934c\\_1ad2\\_4ab3\\_a9f8\\_329331d9b054/3.%20The%20Hong%20Kong%20International%20Convention%20for%20the%20safe%20and%20Environmentally%20Sound%20Recycling%20of%20Ships%202009.pdf](https://moind.portal.gov.bd/sites/default/files/files/moind.portal.gov.bd/page/66b4934c_1ad2_4ab3_a9f8_329331d9b054/3.%20The%20Hong%20Kong%20International%20Convention%20for%20the%20safe%20and%20Environmentally%20Sound%20Recycling%20of%20Ships%202009.pdf)

<sup>54</sup> Zonas de proibição de captura (NTZs) são áreas dentro ou fora de Áreas Marinhas Protegidas (AMPs) onde não há atividades extrativas ocorrendo, deixando assim os ecossistemas em grande parte intocados.

[https://www.wvfmmi.org/notake\\_zones\\_an\\_idea\\_whose\\_time\\_has\\_come/](https://www.wvfmmi.org/notake_zones_an_idea_whose_time_has_come/)

---

**Processamento e desenvolvimento de produtos em média a grande escala, com ênfase em espécies pelágicas, como lombos de peixe, peixes de grau sashimi e capturas acessórias em jurisdições com cotas de pesca sustentável aplicadas.**

**Biorrefinarias de pequena a média escala para subprodutos do processamento de peixes (por exemplo, produção de óleo, colágeno, aminoácidos e minerais) em jurisdições com cotas de pesca sustentável impostas.**

**Produção sustentável de algas e outros micro ou macroorganismos marinhos para produzir alimentos, rações, produtos farmacêuticos, cosméticos ou outros produtos biobaseados por meio de aplicações biotecnológicas.**

**Pescarias que atendem, mantêm ou superam o padrão de certificação do Marine Stewardship Council<sup>55</sup> (MSC) ou equivalente.**

**Aquicultura que atende, mantém ou supera o padrão de certificação do Conselho de Administração<sup>56</sup> da Aquicultura (ASC) ou equivalente.**

**Produção, comércio ou varejo de produtos do mar com o selo azul do Conselho de Administração Marinha**

**ou o rótulo do Conselho de Gestão da Aquicultura.**

**Sistemas de rastreabilidade para garantir a sustentabilidade das operações, instalações e cadeias de suprimentos na indústria pesqueira. Esse investimento deve cumprir, manter ou superar a certificação do Conselho de Administração Marinha para a cadeia de custódia dos fornecedores de produtos do mar.**

**Sistemas de informação, tecnologia e instrumentos implantados para**

---

<sup>55</sup> O selo azul do Conselho de Administração Marinha permite que os clientes rastreiem produtos até uma fonte sustentável. Auditorias independentes de vigilância e testes de DNA comprovam isso. O selo azul é o programa de certificação de frutos do mar mais reconhecido e líder de mercado do mundo, endossado pela Iniciativa Global para Frutos do Mar Sustentáveis e pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, e promovido pelo Fundo Mundial para a Natureza.

<sup>56</sup> O Conselho de Gestão da Aquicultura atribui rótulos para produtos aquícolas cultivados de forma responsável e é semelhante ao rótulo do Conselho de Administração Marinha.

monitoramento, medição, rastreamento e relatório de indicadores físicos e químicos do corpo d'água, a fim de alcançar a gestão sustentável da pesca e aquicultura. Isso pode incluir sistemas com drones, embarcações à vela autônomas, veículos subaquáticos autônomos e boias oceânicas, entre outras tecnologias.

Projetos de Melhoria da Pesca<sup>57</sup> registrados na International Seafood Sustainability Foundation.<sup>58</sup>

Identificação, extração e testes de campo de corpos d'água e organismos oceânicos para ampliar o conhecimento sobre a biodiversidade aquática e marinha e a proteção desses ecossistemas.<sup>59</sup>

Restauração de habitat e proteção de ambientes costeiros, marinhos e de bacias hidrográficas

Restauração de habitat e proteção de ambientes costeiros, marinhos e de bacias hidrográficas

Conservação, melhoria e restauração de ecossistemas de água doce, marinhos e costeiros, preferencialmente utilizando uma abordagem de gestão de ecossistemas, incluindo o apoio a estruturas inovadoras de governança adequadas para investimentos privados e públicos. Esses sistemas

incluem, mas não se limitam a, áreas úmidas, recifes de coral, manguezais, prados de ervas marinhas e pântanos de maré.

Sistemas de informação, tecnologia e instrumentos utilizados para monitorar, medir, rastrear e reportar indicadores físicos e químicos de um corpo d'água, a fim de alcançar a restauração de ecossistemas relacionados à água e a resiliência a desastres. Isso pode incluir sistemas com drones, embarcações à vela autônomas, veículos subaquáticos autônomos e boias oceânicas, entre outras tecnologias.

- Preservação da biodiversidade e proteção dos ecossistemas marinhos

- Mitigação das mudanças climáticas

- Redução da poluição do ar

<sup>57</sup> Um Projeto de Melhoria Pesqueira é um esforço multipartitório para enfrentar desafios ambientais em uma pescaria. Ela utiliza o poder do setor privado, incluindo varejistas, processadores, produtores e pescadores, para incentivar mudanças positivas em direção à sustentabilidade na pesca e buscar que essas mudanças perdurem por meio de mudanças de política. O projeto identifica questões ambientais que precisam ser enfrentadas, define ações prioritárias e supervisiona o plano de ação adotado.

<https://www.ifc.org/content/dam/ifc/doc/2025/guidance-for-blue-finance-v2-0.pdf>

<sup>58</sup> Para mais informações sobre a International Seafood Sustainability Foundation, consulte <https://www.iss-foundation.org/fishery-goals-and-resources/fishery-improvement-projects/fishery-improvement-projects/>

<sup>59</sup> Sob o acordo BBNJ (Biodiversity Beyond National Jurisdiction), as nações envolvidas têm a obrigação de compartilhar seu conhecimento e tecnologias marinhas com as nações em desenvolvimento, promovendo a colaboração e a participação equitativa. O tratado também visa garantir que os benefícios derivados das descobertas marinhas sejam compartilhados de forma justa e que o conhecimento gerado seja acessível abertamente a todos. Nações Unidas. <https://www.un.org/bbnjagreement/en>

---

**Novas técnicas de restauração, como estruturas artificiais de restauração de recifes usando amido de batata biodegradável, plantio de manguezais e gramíneas marinhas, e projetos de restauração de recifes de coral.**

**Novas tecnologias, como robótica marinha,<sup>60</sup> para controlar espécies invasoras, incluindo, mas não se limitando a, plâncton, crustáceos e moluscos.**

**Atividades críticas de adaptação baseadas em ecossistemas costeiros, incluindo proteção, restauração e gestão sustentável dos ecossistemas costeiros de carbono azul.**

**Estabelecimento, expansão e gestão de Áreas Marinhas Protegidas (AMPs) e Outras Medidas Eficazes de Conservação Baseadas em Áreas (OECMs) para conservação costeira, proteção de habitats marinhos e restauração.**

**Sistemas, tecnologia e medições que facilitam a identificação e prevenção do comércio ilegal de vida selvagem marinha/espécies (incluindo corais).**

**Conservação, melhoria e restauração de fluxos hidrológicos e sedimentares naturais.**

**Instalações de energia eólica offshore<sup>61</sup>, como parques eólicos que não prejudicam ecossistemas marinhos<sup>62</sup>, com medidas que promovem a biodiversidade<sup>63</sup> marinha.**

**Outros projetos que aumentam a contribuição de energia renovável marinha**

---

<sup>60</sup> Robótica marinha NÃO pode ser usada para apoiar a produção de petróleo e gás.

<sup>61</sup> Parques eólicos offshore incluídos nas Diretrizes para Financiamento Azul da IFC estão sujeitos à condição de que elementos adicionais, como zonas de proibição de pesca e recifes artificiais que contribuem para a conservação de recursos naturais e biodiversidade, sejam adicionados ao projeto por meio do planejamento espacial marinho local, e que levantamentos abrangentes de avaliação de impacto ambiental sejam realizados ao longo de um ano completo, além do monitoramento ambiental regular da área durante as operações. As instalações NÃO podem estar associadas ao setor offshore de petróleo e gás devido à possível contribuição para um bloqueio contínuo em uma economia baseada em fósseis e para as emissões de gases de efeito estufa. As instalações também não podem estar associadas ao setor de extração marinha de minerais do fundo marinho, pois as atividades associadas podem ser potencialmente prejudiciais à vida marinha e oceânica. <https://www.ifc.org/content/dam/ifc/doc/2025/guidance-for-blue-finance-v2-0.pdf>

<sup>62</sup> Com base em sua ampla experiência avaliando riscos ambientais de projetos de energia eólica offshore, alguns especialistas técnicos recomendam a localização de parques eólicos offshore a pelo menos 20 km da linha costeira, mas isso pode mudar dependendo do ecossistema marinho específico. <https://www.ifc.org/content/dam/ifc/doc/2025/guidance-for-blue-finance-v2-0.pdf>

<sup>63</sup> Os locais adequados devem ser informados por mapeamento de sensibilidade à biodiversidade e Avaliação Ambiental Estratégica. Além disso, nenhum projeto eólico offshore deve estar situado em Áreas Legalmente Protegidas ou Áreas Reconhecidas Internacionalmente com status protegido. <https://www.ifc.org/content/dam/ifc/doc/2025/guidance-for-blue-finance-v2-0.pdf>

e offshore para a mistura energética e projetos de energia renovável que apoiam outros setores enquanto protegem o meio ambiente marinho. Estes incluem:

- Onda
- Maré
- Solar flutuante
- Conversão de energia térmica oceânica<sup>64</sup>.

Turismo e lazer	Turismo sustentável	<p>Centros de visitantes de água doce e marinha baseados na natureza, certificados e/ou programas que destacam o meio ambiente e a biodiversidade, além de disseminar pesquisas e conhecimentos sobre rios, lagos, áreas úmidas, recifes e outros ecossistemas aquáticos. Projetos elegíveis incluem centros de visitantes, programas de certificação e iniciativas de pesquisa que geram benefícios ambientais indiretos ao promover práticas sustentáveis e reduzir pressões sobre os ecossistemas.</p> <p>Turismo sustentável certificado licenciado<sup>65</sup> em áreas próximas a corpos d'água<sup>66</sup> e regiões costeiras com elementos inclusivos de subsistência e oportunidades de negócios, como resorts, hotéis, operadores de barcos, escolas de vela e centros de mergulho.</p>	- Preservação da biodiversidade e proteção dos ecossistemas marinhos
-----------------	---------------------	--	---

### c) Categorias Sociais

Projetos Sociais devem se enquadrar em uma das seguintes categorias dos Princípios de Títulos Sociais (SBP) 2025 e dos Princípios de Empréstimos Sociais (SLP) 2025: "Habitação Acessível", "Geração de Empregos Incluindo por Meio do Efeito Potencial do Financiamento de PMEs e Microfinanças", "Avanço e Empoderamento Socioeconômico" e "Acesso a serviços essenciais". Os seguintes tipos de projetos compõem o portfólio de crédito social da BB.

Categoria (SBP/SLP)	Tipo de ativo elegível	Definição	Benefícios sociais
---------------------	------------------------	-----------	--------------------

<sup>64</sup> Títulos para Financiar a Economia Azul Sustentável – Um Guia do Praticante (2023).

<https://www.icmagroup.org/assets/documents/Sustainable-finance/Bonds-to-Finance-the-Sustainable-Blue-Economy-a-Practitioners-Guide-September-2023.pdf>

<sup>65</sup> Exemplos de turismo sustentável certificado licenciado referem-se ao turismo com uma certificação aceita que inclui proteção dos oceanos e gestão da água dentro de seus critérios de auditoria, oficialmente licenciado de acordo com a lei. Isso inclui, mas não se limita a, a certificação Preferid-by-Nature e outras baseadas nos Critérios do Conselho Global de Turismo Sustentável (GSTC) para Hotéis e Operadoras de Turismo. <https://www.ifc.org/content/dam/ifc/doc/2025/guidance-for-blue-finance-v2-0.pdf>

<sup>66</sup> Áreas próximas a um corpo d'água referem-se a áreas que margeiam uma linha costeira ou áreas que têm pelo menos 50% de sua superfície a menos de 50 quilômetros da costa, ou que têm ou estão a menos de 50 quilômetros de rios e lagos para onde todo o escoamento superficial próximo flui. <https://www.ifc.org/content/dam/ifc/doc/2025/guidance-for-blue-finance-v2-0.pdf>

Habitação Acessível	Habitação Acessível	Unidades habitacionais acessíveis para famílias com renda mensal de até BRL 8.600 <sup>67</sup> , dependendo da faixa bruta de renda familiar. <sup>68</sup>	- Habitação segura e acessível
Financiamento para MPME e Microfinanças	Financiamento para Micro, Pequenas e Médias Empresas e Inclusão Financeira	Empresas, cooperativas e instituições com receitas anuais de até USD 3 milhões <sup>69</sup> .	- Geração de Emprego  - Inclusão financeira
Avanço e Empoderamento Socioeconômico	Produção Rural Familiar	Pequenos produtores rurais com receitas anuais de até BRL 500.000 <sup>70</sup> em subprogramas selecionados, como <sup>71</sup> : Pronaf Mais Alimentos, Pronaf Agroindústria Familiar, Pronaf Cotas Partes, Pronaf Mulher (agricultoras familiares), Pronaf Agroecologia e Pronaf Eco <sup>72</sup> .	- Empoderamento e avanço socioeconômico das comunidades rurais de baixa renda e das mulheres  - Segurança alimentar
	Tecnologia de Acessibilidade	Bens e serviços tecnológicos destinados a pessoas com deficiência <sup>73</sup> , comunidades tradicionais e populações de baixa renda.	- Empoderamento e avanço socioeconômico de pessoas com deficiência
		Bens e serviços tecnológicos direcionados a escolas públicas e postos de saúde localizados em municípios com baixo IDH. iniciativas de alfabetização digital, bem como infraestrutura digital para serviços públicos, incluindo plataformas digitais voltadas para populações de baixa	- Inclusão social  - Inclusão digital

<sup>67</sup> Corresponde a aproximadamente 5,3 salários mínimos (valor de 2026). [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2025/decreto/D12797.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/D12797.htm)

<sup>68</sup> Programa Governamental Minha Casa Minha Vida (MCMV), disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/habitacao/programa-minha-casa-minha-vida/sobre-o-minha-casa-minha-vida-1>

<sup>69</sup> De acordo com a definição da IFC para micro e pequenas empresas, o limite anual de receita para esse segmento é de USD 3 milhões. <https://www.ifc.org/en/what-we-do/sector-expertise/financial-institutions/definitions-of-targeted-sectors>

<sup>70</sup> Conforme estabelecido pelo Manual Governamental de Crédito Rural: <https://www3.bcb.gov.br/mcr/completo>

<sup>71</sup> Os subprogramas selecionados são financiados com o próprio Banco do Brasil.

<sup>72</sup> A aprovação de crédito está sujeita ao cumprimento da ZARC (Zoneamento Agrícola de Risco Climático), determinada pelo Ministério da Agricultura desde 1996 com metodologia aprovada pela EMBRAPA (Corporação Brasileira de Pesquisa Agrícola).

<sup>73</sup> Financiamento de cadeiras de rodas, aparelhos auditivos, órteses, próteses, andadores, adaptações habitacionais e outras tecnologias para assistência a pessoas com deficiência.

		renda e/ou municípios com baixo IDH.	
	Financiamento para Micro, Pequenas e Médias Empresas e Inclusão Social	<p>A empresa se qualifica como uma empresa de propriedade feminina se:</p> <p>(a) 51% pertencem a uma mulher/mulher; ou (b) 20% pertence a uma mulher(es); e</p> <p>(i) possui uma mulher número 1 como CEO/COO (Presidente/Vice-Presidente); e</p> <p>(ii) 30% do conselho de administração é composto por mulheres, quando existe um conselho<sup>74</sup>.</p> <p>OU</p> <p>Empresas que contribuem para o Objetivo 9 da Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB) — Redução das desigualdades socioeconômicas, considerando aspectos raciais e de gênero — ao alcançar uma pontuação mínima de 50% do total de pontos (27 pontos) no Índice de Gênero e Raça<sup>75</sup>.</p>	<p>- Geração de Emprego</p> <p>- Inclusão financeira</p> <p>- Inclusão social</p> <p>- Redução das desigualdades sociais</p>
Acesso a Serviços Essenciais	Instalações e equipamentos de saúde	Clínicas de saúde e odontologia, instalações e equipamentos localizados em municípios com IDH abaixo da média brasileira <sup>76</sup> .	Acesso aos serviços de saúde
Acesso a Serviços Essenciais	Serviços de Emergência e Assistência Social	Apoio aos municípios afetados por desastres naturais, com uma calamidade pública declarada.	Inclusão social

<sup>74</sup> De acordo com a definição do IFC de empresa de propriedade feminina. <https://www.ifc.org/en/what-we-do/sector-expertise/financial-institutions/definitions-of-targeted-sectors>

<sup>75</sup> O Índice de Equidade de Gênero e Raça faz parte do capítulo "Enfrentando as Desigualdades" da Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB). O objetivo é avaliar e classificar a contribuição das organizações para a promoção da equidade de gênero e racial em três níveis de ação: (i) políticas; (ii) processos; e (iii) métricas e metas. O Índice compreende 33 critérios qualitativos e quantitativos específicos (métricas), estruturados como indicadores binários (sim ou não), com uma pontuação máxima variando de 51 a 54 pontos, distribuídos em cinco dimensões. <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/orgaos/spe/taxonomia-sustentavel-brasileira/cadernos/enfrentamento-das-desigualdades>

<sup>76</sup> O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma métrica que classifica geografias por meio de conquistas em saúde (expectativa de vida), educação (anos escolares) e padrão de vida (RNB per capita), com valores que variam de 0 a 1. Os dados mais recentes disponíveis em nível municipal são baseados no Censo de 2021: <https://www.undp.org/pt/brazil/desenvolvimento-humano/painel-idhm>.

## II. Processo de Avaliação e Seleção de Projetos

A seleção de projetos que constituirão o portfólio da instituição apoiando verde/azul/social/sustentável para verificar a adesão dos projetos às categorias de elegibilidade do projeto-Quadro; a avaliação dos benefícios ambientais e sociais dos projetos e o alinhamento com a política de responsabilidade social e ambiental e os critérios de exclusão da Instituição serão realizados pelas áreas de gestão do Quadro de Finanças Sustentáveis, a saber, a Divisão de Finanças, a Unidade ASG e outras Unidades Estratégicas, conforme necessário. A deliberação desses assuntos ocorrerá, pelo menos, nos Comitês de Gestão da Unidade, compostos por Gerentes Executivos e Diretores, ou no Colegiado Estratégico do BB (instância superior).

As ações e resultados do Quadro de Finanças Sustentáveis serão monitorados, periodicamente, pelo Fórum de Sustentabilidade do BB, composto por Gestores Executivos de várias Unidades Estratégicas. Por sua vez, são entregues contas semestrais para os assuntos discutidos nos Fóruns de Sustentabilidade ao Comitê de Sustentabilidade e ao Conselho de Diretores.

O Quadro de Finanças Sustentáveis é aprovado pelo Comitê de Sustentabilidade, composto pelos Vice-Presidentes e Diretores da BB.

### *Categorização de Portfólio*

O BB possui uma carteira de crédito financiada por depósitos diretos e outros instrumentos do tesouro que abrangem vários itens destacados na seção I (Uso dos Rendimentos). As linhas de financiamento com as quais o Banco atualmente trabalha e outras que possam surgir podem financiar projetos que compõem seu portfólio de projetos sustentáveis, desde que atendam aos critérios de elegibilidade, categorização e avaliação estabelecidos neste documento.

Os recursos arrecadados por meio de títulos ou empréstimos verdes/azuis/sociais/sustentáveis serão alocados para (i) reembolso de projetos originados antes de qualquer emissão, considerando o restante do contrato; e (ii) projetos que serão financiados pela BB após qualquer emissão, até o valor total do financiamento.

### *Gestão de Riscos Ambientais e Sociais*

A Gestão de Riscos Ambientais e Sociais (ESMS) do BB está em conformidade com os requisitos da Resolução CMN 4943/2021 e da norma autorregulatória SARB 14/2014 da Febraban, Resolução do Conselho Monetário Nacional 4.945, de 15 de setembro de 2021, e tem como objetivo identificar, medir, mitigar e monitorar os riscos diretos e indiretos relacionados a questões ambientais, sociais e climáticas dos processos do Banco, produtos e negócios.

Além disso, o Banco desenvolveu diretrizes de sustentabilidade para empréstimos a atividades agroindustriais e florestais, bem como para energia elétrica<sup>77</sup>. As diretrizes observam a legislação ambiental, trabalhista, de saúde e segurança e a adoção de melhores práticas, como gestão sustentável da água, solo e florestas, uso racional de pesticidas e cuidado com o bem-estar animal do setor agrícola, além de promover uma economia de baixo carbono e fornecer condições especiais para energias renováveis para o setor elétrico.

Para operações agrícolas, o Banco também é obrigado por lei a exigir o Registro Ambiental Rural (CAR)<sup>78</sup> dos agricultores para fornecer crédito. A RCA é um registro

<sup>77</sup> <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/5760dff3-15e1-4962-9e81-322a0b3d0bbd/908d07e0-8fd0-c433-4cfe-65ff3cf6c23f?origin=2>

<sup>78</sup> O Registro Ambiental Rural (CAR), criado pela Lei 12.651/12 (Código Florestal), inclui dados do proprietário ou pessoa diretamente responsável pela propriedade rural, o mapa georreferenciado do perímetro da propriedade, áreas de utilidade social e pública, informações

eletrônico obrigatório para todas as propriedades rurais, com o objetivo de construir um Banco de dados estratégico para o controle, monitoramento e remediação do desmatamento no Brasil, bem como para o planejamento ambiental e econômico de propriedades rurais. O produtor também informa o poligonal sobre a área financiada do imóvel e o Banco envia essas informações ao Banco Central do Brasil para controle de área e crédito.

Todas as operações de financiamento da BB que envolvem áreas rurais têm as coordenadas geodésicas do polígono da atividade financiada marcadas. O BB utiliza um sistema de verificação geoespacial para verificar se parcelas de terra/CAR vinculadas a propostas de financiamento se sobrepõem a conjuntos de dados cartográficos públicos, incluindo hidrografia, tipos de solo e informações de biomas. Por meio de sua ferramenta de Diagnóstico Geossocial e Ambiental, o Banco garante que áreas financiadas não estejam localizadas em zonas legalmente restritas, como áreas sob embargo, terras indígenas e quilombolas, ou Unidades de Conservação, e também faz a triagem de alertas de desmatamento ilegal usando o Mapa Biomas. Se for detectada alguma sobreposição com áreas restritas

Durante a análise de pré-aprovação, o processo de crédito é imediatamente interrompido. A conformidade social, ambiental e climática é monitorada durante todo o processo de crédito, desde a submissão inicial da proposta até o pagamento do empréstimo.

Para projetos de investimento definidos dentro do Renovagro (Programa de Financiamento para Sistemas de Produção Agrícola Sustentável) e outras linhas que retêm recursos que se enquadram na categoria de Energia Renovável para agricultura (Agroenergia), o Banco possui procedimentos internos de avaliação de projetos que compreendem uma revisão técnica por agrônomos qualificados que são funcionários do BB. Para projetos de energia, a BB incorpora medidas sociais e ambientais de mitigação e compensação às condições de financiamento, de acordo com o tamanho e os impactos da operação.

A BB também possui diretrizes internas para atividades controversas, listadas no Anexo 3, restringindo o financiamento a atividades da seguinte forma:

- **Atividades Excluídas:** atividades que não cumprem a lei ou os princípios e valores do Banco do Brasil, nas quais o Banco não investe nem financia; consideramos como atividades excluídas aquelas em que o Banco não assume risco de crédito devido a impedimentos legais ou porque não estão em conformidade com as diretrizes do BB.
- **Atividades restritas:** consideramos como atividades restritas aquelas nas quais o Banco assume risco de crédito sob certas condições. Entre os documentos necessários para a avaliação de restrições socioambientais específicas estão, por exemplo, mas não se limitam a, Estudos Ambientais Relacionados e seus documentos associados, Zoneamento Econômico-Ecológico, Análise da Responsabilidade Socioambiental dentro do crédito limites e projetos, quando aplicável, Concessão do Direito de Uso dos Recursos Hídricos e Documento de Fonte Florestal, quando aplicável, sem prejuízo de outros requisitos adicionais necessários para garantir o cumprimento das Diretrizes Socioambientais e da Política de Crédito do Banco .

O BB é o único Banco que aderiu à Moratória da Soja, um acordo multipartes interessadas para evitar a comercialização de soja proveniente de áreas desmatadas do bioma amazônico. O Banco também é membro da Mesa Redonda Brasileira sobre

---

sobre a localização dos remanescentes de vegetação nativa, áreas consolidadas, Áreas de Preservação Permanente (APP), Áreas de Uso Restrito (AUR) e Reservas Legais (RL). A RCA é gerida pelo Serviço Florestal Brasileiro – SFB, órgão governamental responsável pela gestão das florestas públicas, com a missão de promover o conhecimento, o uso sustentável e a expansão da cobertura florestal, tornando a agenda florestal estratégica para a economia do país. Suas funções incluem apoiar a implementação, gestão e integração dos Bancos de dados do Registro Ambiental Rural (CAR).

Pecuária Sustentável (GTPS) e signatário do PRI, Princípios do Equador, Pacto Global da ONU, Pacto Antiescravidão e CDP (antigo Projeto de Divulgação de Carbono).

O processo de identificar, medir e avaliar riscos sociais, ambientais e climáticos envolve diversas áreas da empresa e utiliza múltiplas ferramentas para garantir uma análise abrangente. Esses incluem registros automatizados, questionários específicos (QRSAC) para grandes clientes e projetos sensíveis, monitoramento da mídia, índices de vulnerabilidade social, listas públicas de penalidades e áreas contaminadas, consultas com registros de empregadores infratores, relatórios de visitas ao local, sistemas para monitoramento de mudanças de políticas e regulatórias, bem como processos de *due diligence* de fornecedores e avaliações de responsabilidade socioambiental e climática. Tudo isso compreende um fluxo de trabalho estruturado para melhorar continuamente a gestão desses riscos<sup>79</sup>.

#### **Critérios Excludentes**

Projetos ou operações de crédito que se enquadrem em um ou mais critérios de exclusão descritos abaixo não podem ser alocados aos títulos e empréstimos verdes/sociais/de sustentabilidade pelo Banco do Brasil:

- empréstimos de capital de giro exclusivamente para grandes empresas<sup>80</sup>;
- Refinanciamento de operações que haviam usado fundos de Bancos de Desenvolvimento, Agências Multilaterais e agências governamentais.
- Projetos cujo vencimento de financiamento ocorre no mesmo ano de emissão.
- Cultura de tabaco.
- Produção ou comércio de armas de fogo.
- Produção ou comércio de álcool.
- Atividades ou produção nas terras pertencentes, ou reivindicadas sob adjudicação, por Povos Indígenas, sem o consentimento documentado total desses povos.
- Negócios diretamente ligados à produção, distribuição ou comercialização de combustíveis fósseis e tabaco.

Além disso, de acordo com as diretrizes da BB para atividades controversas, o seguinte não pode ser financiado:

- Empresas que têm restrições legais ou afetam a reputação do Banco.
- Atividades que comprovadamente praticam exploração sexual de menores de idade e/ou trabalho infantil.
- Jogo.
- Clientes que submetem os trabalhadores a condições de trabalho degradantes ou os mantêm em condições semelhantes à escravidão.
- Novas áreas de cana-de-açúcar após 28 de outubro de 2009 nos biomas do Amazonas e Pantanal ou na bacia do Alto Paraguai.

### **III. Gestão dos Recursos**

**Os fundos arrecadados com títulos verdes/azuis/sociais/sustentáveis e empréstimos**

<sup>79</sup> Mais informações disponíveis em: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/5760dff3-15e1-4962-9e81-322a0b3d0bbd/7556f888-c305-0121-5bcc-c429d3651629?origin=2>

<sup>80</sup> Empresas com receitas anuais superiores a USD 3 milhões (de acordo com a definição da IFC). O capital de giro para micro e pequenas empresas (receitas anuais de até USD 3 milhões) é elegível quando apresenta benefícios sociais claros, incluindo geração e manutenção de empregos, bem como inclusão financeira.

pelo Banco do Brasil serão gerenciados pela Diretoria de Finanças do Banco em uma abordagem de portfólio. Os recursos recebidos serão depositados na conta de caixa do Banco e mantidos, até a alocação efetiva, nesta conta e/ou em instrumentos de alta liquidez e baixo risco, como títulos do governo. Os recursos, em qualquer caso, não serão utilizados em investimentos que não sejam considerados alinhados com as metas de títulos e empréstimos verdes/azuis/sociais/sustentáveis, conforme os critérios de elegibilidade e exclusão deste Quadro. Os recursos alocados são monitorados continuamente quanto ao alinhamento com o Quadro e, se qualquer controvérsia ou desalinhamento for identificado, o Banco imediatamente realoca os recursos líquidos para projetos elegíveis.

Os recursos obtidos de qualquer título ou empréstimo verde/azul/social/sustentável serão usados exclusivamente para financiar projetos que atendam aos critérios de elegibilidade descritos neste documento. Além disso, a alocação dos recursos utilizados será revisada por auditoria externa anual.

Atualmente, o Banco possui procedimentos internos para gerenciar e marcar operações respaldados por fundos governamentais. Procedimentos semelhantes serão usados para marcar as carteiras de títulos e empréstimos verdes/azuis/sociais/sustentáveis. O acompanhamento dos projetos e contas que respaldam esses títulos e empréstimos será executado pela Gestão Executiva de Sustentabilidade Corporativa, que manterá um Banco de dados atualizado, incluindo número da conta, nome do cliente, uso dos recursos, valor contratado, valor pendente, vencimento do empréstimo e outras informações para registrar a alocação dos recursos.

O processo de monitoramento garantirá que o financiamento total necessário para projetos elegíveis seja maior do que os valores principais pendentes devido em títulos e empréstimos verdes/azuis/sociais/sustentáveis e que os projetos elegíveis não estejam garantindo outras obrigações de 'uso dos recursos'.

O Banco possui procedimentos internos para verificar a alocação dos recursos para projetos designados, que envolvem auditoria de crédito de campo realizada por um técnico especializado do Banco.

Os fundos arrecadados por meio de instrumentos sustentáveis sob este Quadro serão destinados para financiar novos projetos ou refinar projetos existentes no portfólio do BB. No segundo caso, o BB aplicará um período máximo de 36 meses de retrospectiva.

#### IV. Relatórios

O BB irá preparar e divulgar anualmente, até a alocação total dos recursos, alocações e relatórios de impacto, garantindo que as informações fornecidas estejam alinhadas com os indicadores de impacto relevantes e as orientações metodológicas incluídas no Manual ICMA para Relatórios de Impacto (ICMA) e nas Diretrizes para finanças azuis (IFC).

##### *Relatório de Alocação*

O Banco do Brasil divulgará anualmente o uso dos recursos de títulos e empréstimos verdes/azuis/sociais/sustentáveis emitidos em nível agregado (abordagem de portfólio) até sua alocação total, indicando:

- O número de beneficiários.
- O valor médio do empréstimo.
- O valor do desembolso para cada categoria verde/azul/social/sustentável que compõe o portfólio.
- O valor dos recursos ainda não foi alocado.

- Porcentagem dos recursos destinados ao refinanciamento.
- A distribuição regional dos recursos.

O relatório também demonstrará se os recursos foram destinados a projetos existentes no portfólio verde/social/sustentável na data de emissão ou em projetos contratados posteriormente. Os valores e alocações anuais reportados serão validados por auditoria externa. O relatório estará disponível no site de IR do BB ([www.bb.com.br/ir](http://www.bb.com.br/ir)).

#### Relatório de Impacto

Junto ao relatório de alocação, o Banco do Brasil também divulgará publicamente anualmente, até a alocação completa dos recursos, os impactos agregados (abordagem de portfólio) de cada título/empréstimo emitido com informações por categoria de uso dos recursos, apresentando indicadores selecionados e estudos de caso relevantes, quando disponíveis. A redução ou captura de gases de efeito estufa e outros benefícios ambientais ou sociais serão estimados com a metodologia adequada divulgada. Os indicadores de resultado e impacto serão selecionados da lista abaixo.

Categoria Elegível	Ativos Elegíveis	Indicadores de Saída	Indicadores de Impacto
Verde	Sistemas agrícolas sem plantio	Área agrícola sujeita a práticas sustentáveis (ha); Número de produtores beneficiados	GEE evitado (t CO2 eq.)
	Recuperação e restauração do solo	Área recuperada de solo e pastagem (ha); Número de produtores beneficiados	GEE capturado (t CO2 eq.)
	Sistemas ICLFS/AFS	Área ISLFS/AFS (ha)	GEE capturado/evitado (t CO2 eq.)
	Fixação biológica de nitrogênio	Redução no consumo de fertilizantes (t)	GEE evitado (t CO2 eq.)
	Tratamento de Resíduos Animais	Resíduos tratados (t); Biogás gerado (m3); Biofertilizante gerado (t)	GEE evitado (t CO2 eq.)
	Sistemas de irrigação sustentáveis	Uso de água antes e depois (m3)	Percentual de água reduzida/evitada
	Silvicultura	Área florestal (ha)	GEE capturado (t CO2 eq.)
	Outros projetos agrícolas	Área agrícola beneficiada (ha)	Evitou perdas financeiras

	Energia Renovável (solar, eólica, biomassa, hidrelétrica)	Capacidade instalada (MW)	GEE evitado (t CO2 eq.)
	Biocombustível	Volume de produção de biocombustível (m3)	GEE evitado (t CO2 eq.)
	Eficiência energética	Redução no consumo de energia (kWh/ano)	GEE evitado (t CO2 eq.)
	Resíduos Sólidos	Resíduos sólidos expandidos Capacidade (m3/ano)	GEE evitado (t CO2 eq.)
	Edifícios Verdes	Número de edifícios certificados	GEE evitado (t CO2 eq.)
	Infraestrutura Urbana Verde	Número de projetos implementados; Número de equipamentos instalados; Redução no consumo de energia (kWh/ano); Área total restaurada, reflorestada ou criada (m² ou hectares).	GEE evitado (t CO2 eq.)  Área verde criada, restaurada ou mantida (m² ou ha)
	Transporte não motorizado	Número de veículos não motorizados	GEE evitado (t CO2 eq.)
	Veículos elétricos e híbridos	Número de veículos elétricos/híbridos fornecidos	GEE evitado (t CO2 eq.)
	Sistemas de transporte público	Comprimento dos sistemas de baixo carbono (km)	GEE evitado (t CO2 eq.)
	Ferrovia	Comprimento ferroviário (km)	GEE evitado (t CO2 eq.)
	Turismo sustentável	Número de projetos de turismo sustentável; Número de equipamentos instalados; Redução no consumo de energia (kWh/ano); Número de empregos criados em operações de turismo sustentável.	Número de beneficiários/projetos
Azul	Tecnologias e equipamentos de eficiência hídrica	Redução do uso ou economia de água (m3 por ano)	Percentual de água reduzida/evitada

Abastecimento sustentável de água	Capacidade ampliada de tratamento/distribuição (m <sup>3</sup> /ano)	População com acesso a serviços de água
Sistemas de transporte e distribuição de água	Extensão da infraestrutura aprimorada, extensão da rede hídrica (m ou km)	Redução do consumo de água ou economia por usuário ou serviço (m <sup>3</sup> /ano)
Águas residuais	Ampliação da capacidade de tratamento de águas residuais (m <sup>3</sup> /ano); Percentual de águas residuais reutilizadas (%)	GEE evitado (t CO <sub>2</sub> eq.) População com acesso a serviços de esgoto
Biotecnologia Marinha	Percentual de produtos ecológicos ao mar e à água em relação a outros produtos (%). Capacidade de produção que atende aos critérios (toneladas)	GEE evitado (t CO <sub>2</sub> eq.) Número de pessoas atendidas/beneficiadas (#/ano)
Produtos químicos	Peso dos produtos à base de combustíveis fósseis substituídos (toneladas / ano) Peso e/ou volume e porcentagem de fertilizantes/plásticos substituídos (toneladas/ano; %)	GEE evitado (t CO <sub>2</sub> eq.)
Economia Circular	Capacidade para reciclagem de plástico (peso ou volume) (toneladas/ano)	GEE evitado (t CO <sub>2</sub> eq.)
Transporte Marítimo Limpo e Infraestrutura	Número de sistemas/instalações estabelecidas; percentual de embarcações elétricas na frota (%)	GEE evitado (t CO <sub>2</sub> eq.)
Pesca Sustentável e Aquicultura	Produção sustentável em peso (toneladas/ano); Área aquática protegida (m <sup>2</sup> /ano)	GEE evitado (t CO <sub>2</sub> eq.); Volume de produtos pesqueiros e aquiculturas produzidos sob certificações de sustentabilidade (toneladas/ano);

Área aquática protegida (m2 ou ha)

	Restauração de habitat e proteção de ambientes costeiros, marinhos e de bacias hidrográficas	Comprimento do rio ou área de ecossistema aquático conservado, melhorado e/ou restaurado (km ou m <sup>2</sup> /ano); Capacidade instalada de um parque eólico <i>offshore</i> com características de biodiversidade (MW)	% do ecossistema aquático da área conservado, melhorado e/ou restaurado;  GEE evitado (t CO2 eq.)
	Turismo sustentável	Número de projetos de turismo sustentável; Número de empregos criados em operações de turismo sustentável; Percentual de instalações certificadas (%)	Número de beneficiários/projetos
Social	Habitação acessível	Número de residências financiadas	Número de beneficiários
	Financiamento para MPMEs	Número de beneficiários	Empregos estimados suportados;
	Produção rural familiar	Número de produtores beneficiados; Número de produtoras financiadas	Receita anual estimada gerada
	Tecnologia de acessibilidade	Número de serviços e equipamentos financiados	Número de beneficiários
	Financiamento para Micro, Pequenas e Médias Empresas e Inclusão Social	Número de beneficiários	Número de empresas lideradas por mulheres financiadas;  Número de pessoas dentro das populações-alvo que receberam subsídios, empréstimos ou outros serviços financeiros.
	Instalações e equipamentos de saúde	Número de unidades de saúde financiadas	Número estimado de beneficiários
	Instalações de saúde e habitação acessível	Número de unidades de saúde financiadas; Número de famílias presentes	Número estimado de beneficiários

### ***Revisão Externa***

Um provedor reconhecido de Opinião de Segunda Parte (SPO) irá revisar o Quadro de Finanças Sustentáveis do BB. A SPO será publicada no site de relações com investidores ([www.bb.com.br/ir](http://www.bb.com.br/ir)). O Banco também receberá garantia pós-emissão de um prestador de serviços reconhecido. O relatório pós-emissão será publicado dentro de 12 meses após a emissão dos títulos e/ou aprovação do empréstimo e anualmente até a alocação total no site IR do BB.

## ANEXO 1 – Agenda 30 BB Desafios em Sustentabilidade

Tema		Desafio
1	Mudanças Climáticas e Descarbonização	Antecipar e se adaptar às mudanças climáticas e aprimorar a gestão de oportunidades;  Trabalhar para reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) das próprias operações do Banco, bem como as emissões financiadas e relacionadas a investimentos.
2	Negócios Sustentáveis	Desenvolver e oferecer soluções financeiras e modelos de negócios que incorporem aspectos Ambientais, Sociais e de Governança (ASG), promovendo a transição para uma economia de baixo carbono, verde, inclusiva e diversificada.
3	Diversidade, Equidade e Inclusão	Promover diversidade, equidade e inclusão e combater qualquer forma de discriminação no ambiente de trabalho e nas interações com todos os grupos de partes interessadas.
4	Bem-estar, saúde e segurança no trabalho	Promover um ambiente de trabalho saudável e seguro, garantindo o bem-estar e a qualidade de vida dos colaboradores.
5	Inovação e Tecnologia	Antecipar tendências de mercado, promover a inovação contínua e integrar tecnologias emergentes para aumentar a eficiência operacional e garantir a competitividade do Banco.
6	Risco Social, Ambiental e Climático	Aprimorar a governança e a gestão dos riscos sociais, ambientais e climáticos em todos os negócios, processos e relações comerciais do Banco.
7	Cibersegurança, Privacidade e Proteção de Dados	Aprimorar processos e estruturas internas para prevenir ataques cibernéticos e garantir a proteção de dados e a privacidade dos clientes, operando em conformidade com a legislação e padrões nacionais e internacionais.
8	Atração, Retenção, Satisfação e Desenvolvimento de Talentos	Promover programas e iniciativas relacionadas à atração e retenção de talentos e ao desenvolvimento do capital humano, a fim de aumentar a produtividade, a competitividade empresarial e a satisfação dos funcionários.
9	Biodiversidade	Desenvolver iniciativas voltadas para fortalecer a bioeconomia e aumentar o financiamento de projetos de reflorestamento e conservação em biomas brasileiros, especialmente na Amazônia.
10	Inclusão Financeira e Saúde Financeira	Promover a inclusão financeira e melhorar a saúde financeira de clientes, funcionários e usuários por meio de iniciativas que oferecem acesso a serviços bancários e educação financeira.
11	Gestão de Riscos Corporativos	Melhorar continuamente os processos de gestão de riscos corporativos do Banco, garantindo estabilidade e resiliência do negócio.

12	Relacionamento e Satisfação com o Cliente	Aprimore a gestão do relacionamento com o cliente, aumente os níveis de satisfação e retenção, e incentive a adoção de práticas sustentáveis e comportamentos responsáveis.
13	Ética, Integridade e Conformidade	Aprimorar políticas, programas e processos relacionados à ética, integridade e transparência, e adotar mecanismos de controle cada vez mais eficazes que supervisionem e disciplinem as práticas internas.
14	Direitos Humanos na Cadeia de Valor	Aprimorar a gestão dos direitos humanos avaliando e mitigando impactos no ambiente de trabalho, nas operações empresariais e em toda a cadeia de valor.
15	Geração de Valor Econômico	Ampliar a capacidade do Banco de gerar e distribuir valor, promovendo o desenvolvimento do país de maneira sustentável e inclusiva.
16	Cultura de Sustentabilidade	Promova uma cultura de sustentabilidade por meio de compromissos e iniciativas que incentivem a adoção de comportamentos responsáveis entre todos os grupos de partes interessadas.
17	Gestão Ambiental e Ecoeficiência	Melhorar a gestão ambiental e aumentar o uso eficiente dos recursos naturais para minimizar os impactos ambientais e contribuir para o desenvolvimento sustentável.
18	Investimento Social Corporativo e Desenvolvimento Local	Fortalecer a integração entre o Investimento Social Privado e a estratégia de negócios do Banco, gerando contribuições positivas para a sociedade e o meio ambiente.
19	Gestão Sustentável de Fornecedores	Incorporar critérios de Ambiental, Social e Governança (ESG) na gestão da cadeia de fornecedores, a fim de garantir relações comerciais éticas e responsáveis.
20	Governança Corporativa e Transparência	Reforçar as melhores práticas em governança corporativa e transparência para garantir sustentabilidade, responsabilidade e confiança do negócio, promovendo o diálogo com as partes interessadas.
21	Água, ecossistemas aquáticos e segurança hídrica	Desenvolver iniciativas para preservar, recuperar e reabilitar ecossistemas aquáticos e seus arredores; melhorar e expandir o abastecimento de água e a gestão de águas residuais e de esgoto; e promover a conscientização sobre eficiência e o melhor uso dos recursos hídricos.

## ANEXO 2 – Técnicas de Agricultura de Baixo Carbono

### *Sistemas de Agricultura sem Plantio*

De acordo com a Agência Brasileira de Pesquisa Agrícola (Embrapa), os sistemas de agricultura sem plantio (Sistema de Plantio Direto) são caracterizados por um conjunto de tecnologias, processos, produtos e serviços que proporcionam um grau menor de perturbação ao sistema agrícola produtivo, quando comparados a outras formas de manejo que empregam mobilização do solo. Baseia-se na diversificação das espécies, menor mobilização do solo (apenas na linha de semeadura ou fossa), manutenção permanente da cobertura do solo e minimização do intervalo entre a colheita e a semeadura, visando estabelecer o processo contínuo de colheita-semeadura. Essa técnica requer menos máquinas e equipamentos, menos força de trabalho e menos energia fóssil, favorecendo a atividade biológica do solo e o controle biológico de pragas, doenças e ervas daninhas. Além disso, praticamente elimina a erosão, melhora o uso de fertilizantes, aumenta a floculação e a agregação do solo, e reduz a decomposição da matéria orgânica, estabelecendo a sincronização entre a disponibilidade de nutrientes e o crescimento de formas de vida presentes no solo.

De acordo com o Programa de Boas Práticas Agrícolas – Água Brasil (Banco do Brasil e WWF, 2015), os sistemas de agricultura sem plantio oferecem os seguintes benefícios:

- Redução da perda de solo por erosão, já que ele é protegido por uma camada de palha. O canudo faz a água penetrar lentamente e evita o assoreamento.
- Conservação e aumento do teor de matéria orgânica no solo por meio da redução do arado e da grelha, proporcionando o acúmulo de matéria orgânica. Associado a isso, quando a palha é mantida, a degradação desse material aumenta o teor de fertilidade do solo.
- Conservação da água no sistema, já que o canudo diminui a evaporação.
- Temperatura do solo mais baixa porque ele não é exposto à radiação mesmo nos horários mais quentes do dia.
- Redução do custo de produção, principalmente devido à diminuição do arado, do nivelamento e da mão de obra utilizada nesses processos.
- Mais tempo para semear, já que o solo fica úmido por mais tempo após a chuva.
- Maior estabilidade e equilíbrio das propriedades físicas, químicas e biológicas do solo, já que ele é menos mobilizado.
- Aumento de produtividade associado a maior umidade, principalmente durante secas prolongadas.
- Aumento do armazenamento de carbono no solo.

### *Recuperação do Solo e Restauração de Pasto Degradado*

A fertilização e correção do solo são fundamentais para que o agronegócio nacional alcance a produtividade necessária para produzir alimentos sem abrir novas áreas. Na pecuária, as práticas de liming e reparo do solo, combinadas com boa gestão das pastagens e fertilização, permitem uma longevidade maior das pastagens e o aumento da produção de carne e leite por hectare. Estima-se que, para cada hectare de pastagem recuperada, cerca de dois hectares sejam preservados do desmatamento.<sup>81</sup>

Os benefícios da atividade incluem:

- Melhoria na produção de forraje.
- Melhora na produção de leite ou carne.

<sup>81</sup> [www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1042092/1/DOCUMENTOS418.pdf](http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1042092/1/DOCUMENTOS418.pdf)

- Conservação do solo e prevenção da erosão, com melhor cobertura do solo.
- Diminuição da pressão para expandir áreas produtivas de pastagem.
- Redução dos processos erosivos, pois melhora a cobertura do solo.

#### *Sistemas Integrados de Terras de Cultivo, Criação de Animais e Florestas (ICLFS) e Sistemas de Agrofloresta (AFS)*

A Agência Brasileira de Pesquisa Agrícola (Embrapa) define Sistemas Integrados de Terras Agrícolas, Pecuária e Silvicultura como sistemas de produção que integram árvores, pastagens e culturas em rotação, combinação ou sucessão na mesma área.<sup>82</sup>

Sistemas agroflorestais são definidos como sistemas com uso coletivo da terra, com plantas lenhosas perenes (como árvores, arbustos, palmeiras e outras) e culturas agrícolas e/ou animais. Isso pode acontecer apenas com culturas e florestas (sistemas agrossilviculturais); floresta e animais (sistemas silvopastorais) ou os três elementos combinados (sistemas agrosilvopastorais). Assim, os sistemas agroflorestais são incluídos no conceito de Sistemas Integrados de Terras Agrícolas, Pecuária e Silvicultura.<sup>83</sup>

Os benefícios da atividade incluem:

- Recuperação de áreas degradadas e capacidade de explorar o solo de forma econômica durante todo o ano.
- Reduz a necessidade de desmatamento e favorece o aumento da produção de grãos, carne e leite a custos mais baixos devido ao efeito combinado das atividades.
- A redução das emissões de metano por meio das bovinos, devido às árvores, ajuda na neutralização das emissões.
- Redução do óxido nitroso devido à menor necessidade de fertilização e preparação.

#### *Fixação biológica de nitrogênio*

Segundo Embrapa, a Fixação Biológica de Nitrogênio é um processo que transforma nitrogênio atmosférico em formas assimiláveis para plantas, um mecanismo que pode ser usado para obter nitrogênio para a nutrição das plantas. O processo é realizado por microrganismos com a enzima nitrogenase, transformando nitrogênio em amônia solúvel em água absorvida pelas plantas. O uso da técnica reduz as emissões de óxido nitroso (GEE), devido à fertilização mais eficaz e à redução do uso de fertilizantes.<sup>84</sup>

#### *Tratamento de Resíduos Animais*

O Tratamento de Resíduos Animais combina técnicas como biodigestão e compostagem. A biodigestão dos resíduos, realizada por microrganismos em um ambiente sem oxigênio, resulta em biofertilizante e biogás. Este último pode ser queimado para reduzir ainda mais seu potencial de aquecimento (diminuindo ainda mais a quantidade de metano em sua composição) com uma chama aberta ou confinada, ou usada para gerar energia. A compostagem dos resíduos, também realizada por microrganismos, mas em um ambiente com oxigênio, resulta em composto (aditivo rico em nutrientes para o solo) e biofertilizante. As técnicas proporcionam redução das emissões de GEE e do potencial poluente dos resíduos, além de reduzir os recursos de uso para fertilização.<sup>85</sup>

<sup>82</sup> <https://www.embrapa.br/en/tema-integracao-lavoura-pecuaria-floresta-ilpf/nota-tecnica>.

<sup>83</sup> <https://www.fao.org/agriculture/crops/thematic-sitemap/theme/spi/scpi-home/managing-ecosystems/integrated-crop-livestock-systems/en/>

<sup>84</sup> <https://www.embrapa.br/en/tema-fixacao-biologica-de-nitrogenio>




<sup>85</sup> <https://www.embrapa.br/documents/1355242/0/Biog%C3%A1sFert+-+Tecnologias+para+o+tratamento+de+res%C3%ADduos+de+animais.pdf>



### ANEXO 3 – Procedimentos de Atividades Ambientais e Sociais Controversas


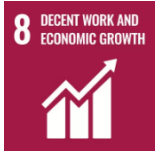

Atividades Excluídas	Atividades Restritas
<p>Atividades que não cumprem a lei ou os princípios e valores do Banco do Brasil, nas quais o Banco não investe nem financia.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Jogos de azar ou atividades de apostas</li> <li>2. Exploração sexual.</li> <li>3. Substâncias Perigosas (Amianto, Amianto)</li> <li>4. Violação dos Direitos Humanos                         <ul style="list-style-type: none"> <li>• Trabalho forçado/escravo – trabalho análogo à escravidão – caracterizado por condições de trabalho degradantes, jornadas exaustivas, trabalho forçado e escravidão por dívida. No Brasil, há uma predominância de trabalho análogo à escravidão em atividades econômicas desenvolvidas em áreas rurais, como pecuária, produção de carvão e culturas agrícolas. No entanto, essa situação também pode estar presente em centros urbanos, como na indústria têxtil e no setor de construção civil, entre outros.</li> <li>• Trabalho Infantil - de acordo com a Organização Internacional do Trabalho, "trabalho infantil" é definido como um trabalho que priva as crianças de sua infância, seu potencial e sua dignidade, sendo prejudicial ao seu desenvolvimento físico e mental. No Brasil, o trabalho é proibido para menores de 16 anos. O trabalho como aprendiz só é permitido a partir dos 14 anos. Trabalho noturno, trabalhos perigosos ou não saudáveis ou atividades na lista de TIP (piores formas</li> </ul> </li> </ol>	<p>Atividades que têm impactos ambientais e que exigem estudos de avaliação de impacto (EIA e RIMA) em seu processo de licenciamento, bem como a licença ambiental.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Energia e Combustíveis Fósseis</li> <li>2. Setor de Energia e Açúcar.</li> <li>3. Mineração e Extração de Recursos Minerais.</li> <li>4. Pesca.</li> <li>5. Agroquímicos e pesticidas.</li> <li>6. Atividades agrícolas e pecuárias no bioma amazônico.</li> <li>7. Atividades de terceiros em terras indígenas.</li> <li>8. Atividades de terceiros em terras ocupadas por grupos remanescentes de comunidades quilombo</li> <li>9. Outras Atividades Que Exigem ELA / RIMA (Relatório do Estudo Ambiental LMPACT / Ambiental)</li> <li>10. Atividades sujeitas a Licenciamento Ambiental.</li> <li>11. Atividades sujeitas à concessão de direitos de uso dos Recursos Hídricos (Subvenção de Água).</li> <li>12. Atividades que utilizam madeira florestal nativa para fins comerciais e industriais.</li> </ol>




<p>de trabalho infantil) são proibidas até os 18 anos. O Brasil tem risco de trabalho infantil em atividades como comércio, manutenção, indústria e agricultura.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Discriminação de Raça e Gênero - com base no artigo 3, item 11, Lei nº 9029/95.</li></ul> <ol style="list-style-type: none"><li>5. Entidade Religiosa</li><li>6. Partido Político</li><li>7. Clubes Esportivos Profissionais, Federação e Confederação</li><li>8. Atividades em Propriedades Rurais Embargadas</li><li>9. Atividade de produção ou comercialização, direta ou indiretamente, de armas de fogo e munição</li><li>10. Carvão Mineral (extração e geração de energia termoelétrica)</li><li>11. Atividades ilegais</li><li>12. Tráfico humano</li><li>13. Minas terrestres</li><li>14. Armas de destruição em massa</li><li>15. Petróleo e gás não convencional<ul style="list-style-type: none"><li>• Areias betuminosas</li><li>• Petróleo e gás de xisto</li><li>• Petróleo e gás do Ártico – fraturação e perfuração</li></ul></li></ol>	
--	--



ANEXO 4 – ODS e Metas Específicas Apoiadas pelo Quadro de Finanças Sustentáveis


ODS	Metas específicas apoiadas por projetos elegíveis	Categoria Elegível
	<p>1.2 Até 2030, reduzir pelo menos pela metade a proporção de homens, mulheres e crianças de todas as idades vivendo na pobreza em todas as suas dimensões, segundo definições nacionais.</p> <p>1.4 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, em particular os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre terras e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças.</p> <p>1.5 Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situações vulneráveis e reduzir sua exposição e vulnerabilidade a eventos extremos relacionados ao clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Habitação acessível</li> <li>• Financiamento para PMEs</li> <li>• Produção rural familiar</li> <li>• Tecnologia de acessibilidade</li> <li>• Instalações e equipamentos de saúde</li> <li>• Prevenção e controle da poluição</li> </ul>
	<p>2.4 Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção alimentar e implementar práticas agrícolas resilientes que aumentem a produtividade e a produção, ajudem a manter os ecossistemas, fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, climas extremos, seca, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade do solo e do solo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agricultura de baixo carbono</li> <li>• Produção rural familiar</li> </ul>
	<p>3.2 Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países buscando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de menos de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nascimentos vivos.</p> <p>3.4 Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis por meio da prevenção e tratamento e promover a saúde mental e o bem-estar.</p> <p>3.8 Alcançar cobertura universal de saúde, incluindo proteção contra riscos financeiros, acesso a serviços essenciais de saúde de qualidade e acesso a medicamentos e vacinas</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instalações e equipamentos de saúde</li> <li>• Prevenção e controle da poluição</li> <li>• Adaptação às Mudanças Climáticas</li> </ul>

	<p>essenciais seguros, eficazes, de qualidade e acessíveis para todos.</p> <p>3.9 Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças causadas por produtos químicos perigosos e poluição e contaminação do ar, água e solo.</p> <p>3.c Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento, treinamento e retenção da força de trabalho em saúde em países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.</p>	
	<p>5.1 Eliminar todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em todo lugar.</p> <p>5.5 Garantir a participação plena e eficaz das mulheres e as oportunidades iguais de liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Financiamento para Micro, Pequenas e Médias Empresas e Inclusão Social</li> </ul>
	<p>6.1 Até 2030, alcançar acesso universal e equitativo à água potável segura e acessível para todos.</p> <p>6.2 Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos e acabar com a defecação a céu aberto, dando atenção especial às necessidades de mulheres, meninas e daqueles em situações vulneráveis.</p> <p>6.3 Até 2030, melhorar a qualidade da água reduzindo a poluição, eliminando o descarte e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo pela metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e o reuso seguro globalmente.</p> <p>6.4 Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e garantir retiradas e fornecimento sustentável de água doce para enfrentar a escassez de água e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com essa escassez.</p> <p>6.5 Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive por meio de cooperação transfronteiriça, conforme apropriado.</p> <p>6.6 Até 2020, proteger e restaurar</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prevenção e controle da poluição</li> <li>• Infraestrutura Urbana Verde</li> <li>• Turismo sustentável</li> <li>• Turismo e lazer</li> <li>• Produtos químicos</li> </ul>

	<p>ecossistemas relacionados à água, incluindo montanhas, florestas, áreas úmidas, rios, aquíferos e lagos.</p> <p>6.A Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio ao fortalecimento de capacidades para países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e saneamento, incluindo captação de água, dessalinização, eficiência hídrica, tratamento de águas residuais, reciclagem e reutilização.</p> <p>6.B Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais na melhoria da gestão da água e do saneamento.</p>	
	<p>7.1. Até 2030, garantir acesso universal a serviços energéticos acessíveis, confiáveis e modernos.</p> <p>7.2. Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energia renovável no mix energético global.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Energia renovável</li> <li>• Infraestrutura Urbana Verde</li> </ul>
	<p>8.3. Promover políticas voltadas para o desenvolvimento que apoiem atividades produtivas, criação de empregos dignos, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivem a formalização e o crescimento de micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.</p> <p>8.5. Até 2030, alcançar emprego pleno e produtivo e trabalho digno para todas as mulheres e homens, incluindo jovens e pessoas com deficiência, e igualdade salarial por trabalho de igual valor.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Financiamento para PMEs</li> <li>• Produção rural familiar</li> </ul>
	<p>9.1. Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso acessível e equitativo para todos.</p> <p>9.2 Promover uma industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no emprego e no produto interno bruto, em conformidade com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países menos desenvolvidos.</p> <p>9.3 Aumentar o acesso de pequenas empresas industriais e outras, especialmente em países em desenvolvimento, a serviços financeiros, incluindo crédito acessível, e sua integração</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Energia Renovável</li> <li>• Financiamento para PMEs</li> <li>• Eficiência energética</li> <li>• Transporte Limpo</li> <li>• Edifícios Verdes</li> <li>• Prevenção e controle da poluição</li> <li>• Biotecnologia Marinha</li> </ul>

	<p>nas cadeias de valor e mercados.</p> <p>9.4. Até 2030, modernizar as indústrias de infraestrutura e adaptação para torná-las sustentáveis, com maior eficiência no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente responsáveis, com todos os países adotando ações de acordo com suas respectivas capacidades.</p>	
	<p>10.2 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente de idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião ou status econômico ou outro.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Produção rural familiar</li> <li>• Tecnologia de acessibilidade</li> <li>• Financiamento para Micro, Pequenas e Médias Empresas e Inclusão Social</li> </ul>
	<p>11.1 Até 2030, garantir acesso para todos a moradias adequadas, seguras e acessíveis e serviços básicos, além de melhorar as favelas.</p> <p>11.2 Até 2030, proporcionar acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, acessíveis e sustentáveis para todos, melhorando a segurança viária, notadamente por meio da expansão do transporte público, com atenção especial às necessidades daqueles em situações vulneráveis, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos.</p> <p>11.3 Até 2030, fortalecer a urbanização inclusiva e sustentável e a capacidade para o planejamento e gestão participativos, integrados e sustentáveis de assentamentos humanos em todos os países.</p> <p>11.6 Até 2030, reduzir o impacto ambiental per capita adverso das cidades, inclusive dando atenção especial à qualidade do ar e à gestão de resíduos municipais e outros.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Habitação acessível</li> <li>• Transporte Limpo</li> <li>• Edifícios Verdes</li> <li>• Prevenção e controle da poluição</li> </ul>
	<p>12.2 Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agricultura de baixo carbono</li> <li>• Silvicultura</li> <li>• Energia Renovável</li> <li>• Biotecnologia Marinha</li> </ul>

	<p>13.1 Fortalecer a resiliência e a capacidade de adaptação aos riscos relacionados ao clima e desastres naturais em todos os países.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agricultura de baixo carbono</li> <li>• Silvicultura</li> <li>• Energia Renovável</li> <li>• Eficiência energética</li> <li>• Transporte Limpo</li> <li>• Edifícios Verdes</li> <li>• Infraestrutura Urbana Verde</li> <li>• Prevenção e controle da poluição</li> <li>• Transporte e navegação</li> <li>• Restauração de habitat e proteção de ambientes costeiros, marinhos e de bacias hidrográficas</li> <li>• Turismo sustentável</li> <li>• Biotecnologia Marinha</li> <li>• Produtos químicos</li> </ul>
	<p>14.1 Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente proveniente de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e poluição por nutrientes.</p> <p>14.2 Até 2020, gerenciar e proteger de forma sustentável os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, incluindo o fortalecimento de sua resiliência, e agir para sua restauração a fim de alcançar oceanos saudáveis e produtivos.</p> <p>14.4 Até 2020, regular efetivamente a captura e acabar com a sobrepesca, a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de manejo baseados na ciência para restaurar os estoques de peixes no menor tempo possível, pelo menos em níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, conforme determinado</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Restauração de habitat e proteção de ambientes costeiros, marinhos e de bacias hidrográficas</li> <li>• Pesca e aquicultura</li> <li>• Turismo sustentável</li> <li>• Turismo e lazer</li> <li>• Biotecnologia Marinha</li> <li>• Produtos químicos</li> </ul>

	<p>por suas características biológicas.</p> <p>14.5 Até 2020, conservar pelo menos 10% das áreas costeiras e marinhas, em conformidade com a legislação nacional e internacional e com base nas melhores informações científicas disponíveis.</p> <p>14.6 Até 2020, proibir certos tipos de subsídios à pesca que contribuem para a supercapacidade e a sobrepesca, eliminar subsídios que contribuam para a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada, e abster-se de introduzir novos subsídios desse tipo, reconhecendo que o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para países em desenvolvimento e menos desenvolvidos deve ser parte integrante das negociações de subsídios pesqueiros da Organização Mundial do Comércio.</p>	
	<p>15.1 Até 2020, garantir a conservação, restauração e uso sustentável dos ecossistemas terrestres e de água doce do interior e seus serviços, em particular florestas, áreas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações previstas nos acordos internacionais.</p> <p>15.2 Até 2020, promover a implementação de gestão sustentável de todos os tipos de florestas, interromper o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o reflorestamento e o reflorestamento globalmente.</p> <p>15.3 Até 2030, combater a desertificação, restaurar terras e solos degradados, incluindo terras afetadas por desertificação, seca e enchentes, e buscar um mundo neutro em relação à degradação da terra.</p> <p>15.5 Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação dos habitats naturais, interromper a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e prevenir a extinção de espécies ameaçadas.</p> <p>15.A Mobilizar e aumentar significativamente os recursos financeiros de todas as fontes para conservar e usar de forma sustentável a biodiversidade e os ecossistemas.</p> <p>15.B Mobilizar recursos significativos de todas as fontes e em todos os níveis para financiar a gestão florestal sustentável e fornecer incentivos adequados aos países em desenvolvimento para avançar nessa gestão, inclusive para conservação e reflorestamento.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agricultura de baixo carbono</li> <li>• Silvicultura</li> <li>• Infraestrutura Urbana Verde</li> <li>• Restauração de habitat e proteção de ambientes costeiros, marinhos e de bacias hidrográficas</li> <li>• Turismo sustentável</li> <li>• Turismo e lazer</li> <li>• Prevenção e controle da poluição</li> </ul>

## BANCO DO BRASIL S.A.

### UNIDADE ASG

José Alves Cardoso

Henrique Leite de Vasconcelos

Vilmar Francisco Thewes

Danilo Cidade Federighi

Jaicy Fidelis Iahn

Jorge André Gildi dos Santos

Marcelo de Campos Silva

Rodrigo Gomes da Costa

Thiago Quiaratti

William Vladimir Rosales Mérida da Silva

### DIRETORIA DE FINANÇAS

João Vagnes de Moura Silva

Bárbara Favero dos Santos Bosi

Flávia Borba Santiago

Áurea Gomes de Miranda Reis

Fernando Luís Teixeira

Hugo da Silva Sampaio Melo

Júlio de Barros